



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Ofício nº. 0432/2016 GS/SME/PMF

Florianópolis, 27 de abril de 2016.

Exma. Senhora
AIMEE VERDISCO
Especialista Líder em Educação
Banco Inter-Americano de Desenvolvimento
SEM Quadra 802 – Conjunto F – Lote 39
70800-400 – Brasília – DF - Brasil


Assunto: Cumprimento Cláusula 5.03 das Disposições Especiais do Contrato nº 3079/OC-BR.

Senhora Especialista,

1. Cumprimentando-o cordialmente, vimos encaminhar a Vossa Senhoria 03 (três) exemplares do Relatório de Auditoria do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis (sendo dois impressos e um digital), relativo ao ano de 2015, emitido pela equipe de auditoria do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC).
2. Comunicamos que o referido relatório é resultado de exigência contratual – cláusula 5.03, das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, de 14/07/2014, firmado entre o Município de Florianópolis e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.
3. Reiterando os cumprimentos, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,


RODOLFO JOAQUIM PINTO DA LUZ
Secretário Municipal de Educação


SIDNEY GASPARD DE OLIVEIRA
Assessora Especial do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento
da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis



**ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS
DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS**

**RELATÓRIO DE AUDITORIA NO PROJETO DE EXPANSÃO E
APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS**



**EXERCÍCIO DE 2015
(SEGUNDO RELATÓRIO)**

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID)

MUNICÍPIO DE FLORIANÓPOLIS

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3079/OC-BR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

CONSELHEIROS

Luiz Roberto Herbst, Presidente
Adircélio de Moraes Ferreira Junior, Vice-Presidente
César Filomeno Fontes, Corregedor Geral
Herneus João de Nadal
Julio César Garcia
Luiz Eduardo Cheren
Wilson Rogério Wan-Dall

AUDITORES

Cleber Muniz Gavi
Gerson dos Santos Sicca
Sabrina Nunes Locken

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/SC

Aderson Flores, Procurador-Geral

DIRETOR GERAL DE CONTROLE EXTERNO

Carlos Tramontin

DIRETOR DE ATIVIDADES ESPECIAIS

Roberto Silveira Fleischmann

COORDENADORA DA INSPETORIA 1/DAE

Michelle F. De Conto El Achkar

EQUIPE DE AUDITORIA

Antônio César Maliceski
Leonir Santini
Luiz Alexandre Steinbach
Nelson Costa Junior, Chefe de Divisão

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

Abril de 2016

SUMÁRIO

Sumário Executivo	3
Lista de Siglas	5
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras	7
Demonstrações Financeiras	10
Notas Explicativas	14
Relatório dos Auditores Independentes sobre o Cumprimento das Cláusulas Contratuais de Caráter Contábil e Financeiro e do Regulamento Operacional do Projeto Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras	19
Relatório dos Auditores Independentes sobre o Sistema de Controle Interno Associado à Auditoria das Demonstrações Financeiras	37
1. Controle interno do Projeto.....	40
1.1. Entendimento da Unidade	40
2. Componentes do Controle Interno	43
2.1. Ambiente de Controle	43
2.2. Avaliação de Riscos	44
2.3. Atividades de Controle	45
2.4. Informações e Comunicações	47
2.5. Monitoramento	48
2.6. Conclusão.....	49
3. Carta Gerencial	50
3.1. Identificação da Existência de Litígios e/ou Reclamações	50
3.2. Achados de Auditoria	50
4. Resumo das Recomendações da Auditoria	60
Glossário de Termos e Expressões	61
Apêndice	63
Relatório de Inspeção	

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Informações da Unidade

Natureza do Trabalho:	Auditoria Financeira do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis
Exercício Auditado:	2015
Unidades Auditadas:	Assessoria Especial (AE) Secretaria Municipal de Educação (SME) Diretoria de Infraestrutura da SME Diretoria de Administração de Pessoal da SME Diretoria Administrativa e Financeira da SME Secretaria Municipal da Fazenda Diretoria de Licitações e Contratos da SME Secretaria Executiva de Controle Interno e Ouvidoria

2. Identificação do Projeto

Projeto:	Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis
Objetivo:	Ampliar a cobertura e melhorar a qualidade da Educação Infantil (EI) e do Ensino Fundamental (EF) da rede municipal de Florianópolis, assegurando o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas de seus estudantes, por meio do acesso a serviços de jornada integral.
Contrato de Empréstimo:	BID Nº 3079/OC-BR
Recursos Envolvidos:	US\$ 118.430.000,00 (cento e dezoito milhões quatrocentos e trinta mil dólares)
Gestor da AE:	Sidney Gaspar de Oliveira – Assessora Especial do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis

3. Escopo da Auditoria

A auditoria foi realizada em conformidade com as Normas Internacionais e Brasileiras de Auditoria e segundo as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009.

Essas normas requerem o cumprimento das exigências éticas e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve o exame, sob uma base de provas, para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas Demonstrações Financeiras. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação dos princípios contábeis aplicados e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto.

Na auditoria relativa ao exercício de 2015 foi realizada a avaliação da confiabilidade dos procedimentos contábeis e administrativos e dos controles internos, o exame da documentação comprobatória de 100% das origens, a revisão de 21,23% (amostra) dos processos de liquidação e pagamentos de despesas, o exame dos processos licitatórios concluídos (amostra) e a verificação do cumprimento das cláusulas contratuais de caráter contábil-financeiro-gerencial, leis e disposições oficiais pertinentes às operações realizadas.

LISTA DE SIGLAS

AE	Assessoria Especial do Projeto
BB	Banco do Brasil
BID/Banco	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CC	Concorrência
CEL	Comissão Especial de Licitação
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CIASC	Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina
DAE	Diretoria de Atividades Especiais – TCE/SC
DIAF	Diretoria Administrativa e Financeira
EF	Ensino Fundamental
EI	Educação Infantil
GCI	Gerência de Controle Interno
GN-2349-9	Políticas para a aquisição de obras e bens financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, datado de março de 2011, denominado “Políticas de Aquisições”
GN-2350-9	Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, datado de março de 2011, denominado “Políticas de Consultores”
IFAC	Federação Internacional de Contadores
INTOSAI	Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização
LPN	Licitação Pública Nacional
P.A.	Plano de Aquisições
PGFN	Procuradoria Geral da Fazenda Nacional
PMF	Prefeitura Municipal de Florianópolis
PMR	Plano de Monitoramento de Riscos
POA	Plano Operacional Anual
R\$	Real (moeda brasileira)
ROP	Regulamento Operacional do Programa
SCI	Seleção de Consultor Individual
SDP	Solicitação de Proposta

SME	Secretaria Municipal de Educação
TCE	Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TP	Tomada de Preços
UCP	Unidade de Coordenação do Programa
US\$	Dólar dos Estados Unidos da América do Norte

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)

**AUDITORIA DO PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM
FLORIANÓPOLIS**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Município de Florianópolis

**Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino
Fundamental em Florianópolis**

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Examinamos as Demonstrações Financeiras anexas do Município de Florianópolis, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e a Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2015, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas, correspondentes ao Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo Nº 3079/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Município de Florianópolis, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.03, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

A administração do Projeto é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras em conformidade com a Normas Internacionais de Relatório Financeiro sobre a base contábil de fundos (caixa); com as cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR; e com as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009, bem como pelos controles internos que

considerou como necessários para que essas demonstrações estejam livres de distorção relevante, causada por fraude ou erro.

Responsabilidade do Auditor

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com os requisitos de auditoria previstos no contrato de empréstimo e com as normas internacionais de auditoria da Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização – INTOSAI e da Federação Internacional de Contadores (IFAC), incorporadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Projeto, com vistas a planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, os fluxos de caixa para o

período findo em 31/12/15 e os investimentos acumulados do Programa em 31/12/15, em conformidade com a Normas Internacionais de Relatório Financeiro sobre a base contábil de fundos (caixa), com as cláusulas do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, com as orientações estabelecidas nas Guias de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – Dezembro de 2009 e com as políticas contábeis mencionadas no item 2 das Notas Explicativas.

Florianópolis, 12 de abril de 2016.



ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI
Auditor Fiscal de Controle Externo



LEONIR SANTINI
Auditor Fiscal de Controle Externo



LUIZ ALEXANDRE STEINBACH
Auditor Fiscal de Controle Externo



NELSON COSTA JUNIOR
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe de Divisão 1

Revisado.
Florianópolis, 15/04/16.



MICHELLE F. DE CONTO EL ACHKAR
Auditora Fiscal de Controle Externo
Coordenadora de Inspeção 1

Revisado.
Florianópolis, 20/04/16.



ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN
Auditor Fiscal de Controle Externo
Diretor da DAE



NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FLORIANÓPOLIS

PROGRAMA: PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3079/OC-BR

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Expresso em US\$ dólares)

Período terminado em 31/12/2015

	BID	Contrapartida	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS	5.913.271,36	4.649.460,69	10.562.732,05
Acumulado no Início do período	5.913.271,36	4.649.460,69	10.562.732,05
DURANTE O PERÍODO	5.000.000,00	1.666.056,24	6.666.056,24
Desembolsos (Antecipações/ Fundo Rotativo, reembolsos, pagos diretos)	5.000.000,00	1.379.363,52	6.379.363,52
Rendimento Aplicação Financeiras	0,00	311.803,02	311.803,02
Ajuste de Variação Cambial	0,00	(25.110,30)	(25.110,30)
Total Recursos Recebidos	10.913.271,36	6.315.516,93	17.228.788,29
DESEMBOLSOS EFETUADOS	1.432.734,30	4.570.863,31	6.003.597,61
Acumulado ao Início do período	1.432.734,30	4.570.863,31	6.003.597,61
DURANTE O PERÍODO	3.552.781,35	1.384.073,99	4.936.855,34
Solicitação/ Justificativas de Desembolso até 4	4.242.254,29	1.939.863,52	6.182.117,81
Pagamentos por Bens e Serviços Pendentes de Justificação	0,00	6,92	6,92
(-) Ajustes de exercícios anterior	(689.472,94)	(816.595,50)	(1.506.068,44)
Ajuste de Variação Cambial		260.799,05	260.799,05
Total Desembolsado	4.985.515,65	5.954.937,30	10.940.452,95
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	5.927.755,71	360.579,63	6.288.335,34

Período terminado em 2014

BID	Contrapartida	TOTAL
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
5.913.271,36	4.649.460,69	10.562.732,05
5.913.271,36	4.570.863,30	10.484.134,66
0,00	78.597,39	78.597,39
0,00	0,00	0,00
5.913.271,36	4.649.460,69	10.562.732,05
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
1.432.734,30	4.570.863,31	6.003.597,61
743.261,36	3.754.267,81	4.497.529,17
689.472,94	816.595,50	1.506.068,44
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
1.432.734,30	4.570.863,31	6.003.597,61
4.480.537,06	78.597,38	4.559.134,44

Florianópolis, 29 de Março de 2016.

Márcia Lorensetti
Diretora Administrativo e Financeira
Decreto nº 11.778/2013

Sidney Caspar de Oliveira
Secretário Municipal de Educação
Decreto 10.000/2012



NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FLORIANÓPOLIS

PROGRAMA: PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3079/OC-BR

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

(Expresso em R\$ reais)

Período terminado em 31/12/2015

	BID	Contrapartida	TOTAL
RECURSOS RECEBIDOS	14.814.519,77	11.352.977,70	26.167.497,47
Acumulado no Início do período	14.814.519,77	11.352.977,70	26.167.497,47
DURANTE O PERÍODO	19.912.500,00	6.599.293,29	26.511.793,29
Desembolsos (Antecipações/ Fundo Rotativo, reembolsos, pagos diretos)	19.912.500,00	5.381.862,65	25.294.362,65
Rendimento Aplicação Financeiras		1.217.341,34	1.217.341,34
Ajuste de Saldo por Variação Cambial		89,30	89,30
Total Recursos Recebidos	34.727.019,77	17.952.270,99	52.679.290,76
DESEMBOLSOS EFETUADOS	3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92
Acumulado ao Início do período	3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92
DURANTE O PERÍODO	8.968.228,60	5.400.241,50	14.368.470,10
Solicitação / Justificativas de Desembolso até 4	10.727.418,80	7.568.765,50	18.296.184,30
Pagamentos por Bens e Serviços Pendentes de Justificação	0,00	27,00	27,00
(-) Ajustes de exercícios anterior	(1.759.190,20)	(2.168.551,00)	(3.927.741,20)
Total Desembolsado	12.504.408,05	16.544.495,97	29.048.904,02
SALDO DISPONÍVEL AO FINAL DO PERÍODO	22.222.611,72	1.407.775,02	23.630.386,74

Período terminado em 31/12/2014

BID	Contrapartida	TOTAL
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
14.814.519,77	11.352.977,70	26.167.497,47
14.814.519,77	11.144.254,47	25.958.774,24
0,00	208.723,23	208.723,23
14.814.519,77	11.352.977,70	26.167.497,47
0,00	0,00	0,00
0,00	0,00	0,00
3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92
1.776.989,25	8.975.703,47	10.752.692,72
1.759.190,20	2.168.551,00	3.927.741,20
0,00	0,00	0,00
3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92
11.278.340,32	208.723,23	11.487.063,55

Florianópolis, 29 de Março de 2016.

Marli Lorensetti
Diretora Administrativo e Financeira
Decreto nº 11.778/2013

Sidney Gaspar de Oliveira
Diretor Administrativo e Financeiro
Decreto 10.000/2012



NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FLORIANÓPOLIS

PROGRAMA: PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3079/OC-BR

DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

(Expresso em US\$ dólares)

Exercício: Fim em 31/12/2015

CONCEITO	Orçamento Vigente				Acumulado do Exercício 2014			Movimento do Exercício 2015			Acumulado do Exercício 2015				Orçamento a realizar		
	BID	LOCAL	TOTAL	%	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	%	Total Projeto	BID	LOCAL
Componente 1. Expansão e Cobertura e Melhoria na Infraestrutura.	42.123.000,00	43.624.000,00	85.747.000,00	72,4	1.415.215,55	4.570.863,31	5.986.078,86	2.518.037,79	951.968,49	3.470.006,28	3.933.253,34	5.522.831,80	9.456.085,14	11,02	76.290.914,86	38.189.746,66	38.101.168,20
Componente 2. Melhoria na qualidade da educação	9.824.000,00	10.679.000,00	20.503.000,00	17,3	17.518,75	0	17.518,75	524.649,79	122.971,22	647.621,01	542.168,54	122.971,22	665.139,76	3,24	19.837.860,24	9.281.831,46	10.556.028,78
Componente 3. Gestão, monitoramento e avaliação	4.373.000,00	2.915.000,00	7.288.000,00	6,2	0	0	0	506.652,86	0	506.652,86	506.652,86	0	506.652,86	6,95	6.781.347,14	3.866.347,14	2.915.000,00
Componente 4. Administração do Programa	2.540.000,00	2.352.000,00	4.892.000,00	4,1	0	0	0	3.440,91	309.134,28	312.575,19	3.440,91	309.134,28	312.575,19	6,39	4.579.424,81	2.536.559,09	2.042.865,72
TOTAIS	58.860.000,00	59.570.000,00	118.430.000,00	100%	1.432.734,30	4.570.863,31	6.003.597,61	3.552.781,35	1.384.073,99	4.676.049,37	4.985.515,65	5.954.937,30	10.940.452,95	9,23	107.489.547,05	53.874.484,35	53.615.062,70

Florianópolis, 29 de Março de 2016.

Márcia Lorensetti
Diretora Administrativo e Financeira
Decreto nº 11.778/2013

Sidney Gaspar de Oliveira
Diretor de Planejamento e Gestão
Decreto 10.000/2012



NOME DO EXECUTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FLORIANÓPOLIS

PROGRAMA: PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS

CONTRATO DE EMPRÉSTIMO: 3079/OC-BR

DEMONSTRAÇÃO DE INVESTIMENTOS ACUMULADOS

(Expresso em R\$ Reais)

CONCEITO	Orçamento Vigente				Acumulado do Exercício 2014			Movimento do Exercício 2015			Acumulado do Exercício 2015				Orçamento a realizar		
	BID	LOCAL	TOTAL	%	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	BID	LOCAL	TOTAL	%	Total Projeto	BID	LOCAL
Componente 1. Expansão e Cobertura e Melhoria na Infraestrutura.	93.386.691,00	96.714.408,00	190.101.099,00	72,40%	3.491.480,35	11.144.254,47	14.635.734,82	6.350.385,00	3.714.295,47	10.064.680,47	9.841.865,35	14.858.549,94	24.700.415,29	12,99	165.400.683,71	83.544.825,65	81.855.858,06
Componente 2. Melhoria na qualidade da educação	21.779.808,00	23.675.343,00	45.455.151,00	17,30%	44.699,10	0	44.699,10	1.330.351,67	479.796,81	1.810.148,48	1.375.050,77	479.796,81	1.854.847,58	4,08	43.600.303,42	R\$ 20.404.757,23	23.195.546,19
Componente 3. Gestão, monitoramento e avaliação	9.694.941,00	6.462.555,00	16.157.496,00	6,20%	0	0	0	1.278.712,45	0	1.278.712,45	1.278.712,45	0	1.278.712,45	7,91	14.878.783,55	8.416.228,55	6.462.555,00
Componente 4. Administração do Programa	5.631.180,00	5.214.384,00	10.845.564,00	4,10%	0	0	0	8.779,48	1.206.149,22	1.214.928,70	8.779,48	1.206.149,22	1.214.928,70	11,2	9.630.635,30	5.622.400,52	4.008.234,78
TOTAIS	130.492.620,00	132.066.690,00	262.559.310,00	100%	3.536.179,45	11.144.254,47	14.680.433,92	8.968.228,60	5.400.241,50	14.368.470,10	12.504.408,05	16.544.495,97	29.048.904,02	11,06	233.510.405,98	117.988.211,95	115.522.194,03

Florianópolis, 29 de Março de 2016.

Márcia Lorensetti
Diretora Administrativo e Financeira
Decreto nº 11.778/2013

Sidney Gaspar de Oliveira
Decreto 10.000/2012

DETALHE SOBRE A EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRA DO PROGRAMA:

O Custo total do Programa é de US\$ 118.430.000,00 a ser executado num período de 5 (cinco anos).

Em dezembro de 2015, o projeto encontra-se com os seguintes percentuais de avanço físico-financeiro:

SITUAÇÃO FÍSICA/ FINANCEIRA: (De acordo com os Demonstrativos Básicos, em milhares de dólares norte americanos, posição em 31/12/15).

Categorias e Subcategorias de Investimento segundo o Contrato/Convênio	Orçamento Vigente BID	Orçamento Aporte Local	Execução Acumulada por Categorias e Subcategorias de Investimento		Saldo Disponível por Categorias e Subcategorias de Investimento	
			BID	Local	BID	Aporte Local
(LMS1)	(LMS 1)	Vigente				
Componente 1						
Expansão da cobertura e melhoria da infraestrutura educativa	42.123.000,00	43.624.000,00	3.933.253,34	5.522.831,80	38.189.746,66	38.101.168,20
Categoria 2						
Melhoria da qualidade da educação	9.824.000,00	10.679.000,00	542.168,54	122.971,22	9.281.831,55	10.556.028,78
Categoria 3						
Gestão, monitoramento e avaliação	4.373.000,00	2.915.000,00	506.652,86	0,00	3.866.347,14	2.915.000,00
Categoria 4						
Administração do Programa	2.540.000,00	2.352.000,00	3.440,91	309.134,28	2.536.559,09	2.042.865,72
A. SUBTOTAL POR FONTE	58.860.000,00	59.570.000,00	4.985.515,56	5.954.937,30	53.874.484,44	53.615.062,70
B. TOTAL BID + APORTE LOCAL		118.430.000,00		10.940.452,95		107.489.547,14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROJETO (EMPRÉSTIMO Nº 3079/OC-BR)

1. DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e Ensino Fundamental em Florianópolis visa à qualificação da Educação Básica no Município de Florianópolis, expandindo a rede física e o acesso das crianças às unidades educativas, ao mesmo tempo em que aperfeiçoa a qualidade do ensino e do cuidado na rede pública municipal, assegurando o desenvolvimento das múltiplas dimensões humanas em seus estudantes. Constitui-se, pois, numa vitoriosa parceria entre a Prefeitura/SME e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As metas físicas estabelecidas, para as diversas categorias de investimentos, contemplam setores importantes na área educacional, abrangendo todas as unidades educativas hoje existentes, além das que serão construídas, ampliadas e/ou reformadas.

Serão financiados com recursos do Projeto, a construção de 2(dois) Centros de Inovação da Educação Básica –CIEBs-, para ampliação do Tempo Integral; cerca de 27 construções, das quais 23 creches, para atendimento às crianças pequenas e 04(quatro) escolas para o Ensino Fundamental, incluindo os jovens e adultos, e a aquisição de alguns terrenos para sediá-las; ampliações e reformas, num total de 34(trinta e quatro), bem como a reforma e manutenção de 37(trinta e sete) salas informatizadas, onde serão implantados Laboratórios Multimidiáticos.

Sidney Gaspar de Oliveira
10.000/2016

1

1.1. Contratos Firmados: Foram firmado, no exercício de 2015, 43 (quarenta e três) contratos, sendo 2 (dois) de obras 41 (quarenta e um) de consultoria e de materiais.

1.2. Obras Concluídas:

Até o final do exercício de 2015, foram concluídas 17 (dezesete) reformas e a construção de unidade de educação infantil nova.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS - APROPRIAÇÕES DE CUSTO:

2.1. O Sistema de Contabilidade adotado pela Secretaria Municipal de Educação é o utilizado pelo Prefeitura Municipal de Florianópolis Estado de Santa Catarina, obedecidas as normas da Lei Federal nº 4.320/64. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas mediante registros contábeis em "Regime de Caixa".

Registra-se que os gastos relativos ao pagamento da folha de servidores de 2014 foram apropriados às Demonstrações Financeiras deste exercício, o que difere do regime de caixa acima citado.

2.2. Taxas de Câmbio

2.2.1. A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos do empréstimo, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de fechamento do câmbio.

2.2.2. A taxa de câmbio utilizada para conversão dos recursos de contrapartida local é a da data de apresentação da Solicitação de Desembolso ao BID.

2.2.3. A taxa de câmbio dos custos financeiros, de moeda nacional para dólar norte americano, é a do contrato de câmbio da data da operação.

2.2.4. A taxa de câmbio utilizada para conversão dos rendimentos de aplicações financeiras, de moeda nacional para dólar norte americano, é a de 31/12/15.

3. FUNDOS DISPONÍVEIS:

O saldo apresentado no Adiantamento de Fundo em 31/12/2015 é o seguinte:

3.1. Conciliação Bancária – Conta Transitória New York – Apresenta saldo em 31/12/2015 no valor de US\$ 5.000.000,00. O correspondente saldo da conta, em moeda nacional, obtido utilizando-se a taxa de câmbio de 3,9825, referente ao dia 21/12/2015, é de R\$ 19.912.500,00.

3.2. Conciliação Bancária – Conta Corrente 3079-1 – Apresenta saldo em 31/12/2015 no valor de R\$ 172,70. O correspondente saldo da conta, em moeda nacional, obtido utilizando-se a taxa de câmbio de 2,4900, referente ao dia 31/12/2015, é de US\$ 69,36.


Sidnei Casoar de Oliveira
Secretaria Municipal de Educação
Data: 10/09/2016



3.3. Conciliação Bancária – Conta Investimento 3079-1 – Apresenta saldo em 31/12/2015 no valor de R\$ 3.751.487,19, sendo R\$ 2.309.939,03 correspondentes a US\$ 927.686,36, R\$ 1.407.522,79 de ganhos de aplicação financeira, correspondentes a US\$ 360.515,03, R\$34.131,75 referente a saldo de depósito indevido remanescente de 2014.

3.4. Ganhos de Aplicação Financeira no exercício de 2015 (3,9042)

	US\$	R\$
Conta Bancária nº 3079-1 – B.B.	311.803,02	1.217.341,34
Total	311.803,02	1.217.341,34

O montante de rendimentos disponível nas contas bancárias é o seguinte: conta nº 82.892.282, US\$ 71,52, correspondentes a R\$ 279,23, e conta nº 3079-1, R\$ 1.407.522,79, correspondentes a US\$ 360.515,03, totalizando R\$ 1.407.802,02, correspondentes a US\$ 360.586,55.

4. ADIANTAMENTO DE FUNDOS:

Saldo apresentado no Adiantamento de Fundos em 31 de dezembro de 2015 é o seguinte:

	R\$	US\$
Conta 82.892.282 (rendimentos)	279,23	71,52
Conta Corrente nº 3079	172,70	69,36
Conta Investimento 3079-1	3.751.487,19	1.296.943,71
Conta Transitória New York	19.912.500,00	5.000.000,00
Total	23.664.439,12	6.297.084,59

O saldo disponível nas contas de Adiantamento é de R\$ 23.664.439,12, correspondentes a US\$ 6.297.084,59, que não coincide com o saldo apresentado na Demonstração de Fluxo de Caixa devido aos rendimentos que pertencem a contrapartida, porém estão depositados nas contas. Além disso, existe um depósito indevido de R\$ 34.131,75 que será regularizado no exercício de 2016.

4.1. Fundo pendentes de justificativa ao BID

Em 31/12/15, não há despesas sem justificativa ao banco.

5. FUNDOS DE CONTRAPARTIDA NACIONAL:

A Prefeitura Municipal de Florianópolis/ Secretaria Municipal de Educação, assumiu o compromisso de contribuir com a soma de US\$ 59.570.000,00 contrapartida local, recursos estes do orçamento da Secretaria Municipal de Educação. Até 31 de dezembro de 2015, o Secretaria contribuiu com a soma de US\$ 5.954.937,30, equivalente a 10% do total comprometido.

6. CONTINGÊNCIAS:

Não há em nosso Projeto a fundo de contingência.


Sidnei Gaspar de Oliveira
10.000/2012



7. Desembolsos Efetuados

Em 2015 o BID foram utilizados recursos remanescentes de 2014, no valor de US\$ 4.480.537,06. Conta 82.892.282, agência GECEX Brasília, pertencente ao município de Florianópolis.

8. Notas Explicativas

8.1 No Demonstrativo de Fluxo de Caixa do período terminado em 31/12/2014, o valor da contrapartida recursos recebidos, apresentado como US\$ 4.646.460,69 corresponde a US\$ 4.649.460,69, devido a equívoco na digitação. Desta forma, o demonstrativo de 2015 já está com o valor correto.

8.2 Na solicitação/justificativa de desembolso até 4, verifica-se uma diferença de US\$ 79,61 em relação ao valor prestado ao banco. Tal diferença é representada pela despesa de R\$ 5.181,84, paga em 02/07/2015, a qual o câmbio informado na prestação de contas foi erroneamente utilizado em 2,6556 (US\$ 1.951,29) e o correto é 2,5515 (US\$ 2.030,90).

8.3 O ajuste de variação cambial da contrapartida se refere ao cálculo do câmbio utilizado em 2014, que em 2015 foi ajustado para 3,9042.

8.4 O depósito indevido de US\$ 34.131,75 será ajustado no exercício de 2016.

8.5 O valor referente às diárias prestado contas ao banco corresponde a R\$ 18.378,85, sendo R\$ 27,00 sobre a diária paga a menor em 01/10/2015, e foi paga em 08/12/2015, sendo esta lançada no Demonstrativo de Fluxo de Caixa, na linha referente aos valores pendentes de justificativa. Este valor pertence ao componente 4 no recurso da contrapartida.

8.6 A valor de R\$ 79,35 se refere à conciliação pendente das tarifas bancárias, cujo ajuste será efetuado no exercício de 2016.

8.7 A diferença de US\$ 17.518,75, do quadro do item 12, no dia 18/12/2014, foi equivocadamente justificado na solicitação 04 como gasto do componente "Expansão da Cobertura e melhoria da infraestrutura educativa", sendo que o correto seria no componente "Melhoria e qualidade da educação"

9. Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes de exercícios anteriores referem-se aos pagamentos efetuados em 2014, cujas despesas não foram reconhecidas pelo banco dentro do exercício de 2014, porém os pagamentos ocorreram no período. Desta forma, apesar do valor ter sido pago em 2014, as despesas foram reconhecidas pelo banco apenas em 2015.


Sidney Gaspar de Oliveira
31 12 2015
Valor R\$ 10.000,00



10. Conciliação entre o Demonstrativo de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados (US\$)

DESCRIÇÃO	BID	CONTRAPARTIDA	TOTAL
Demonstração de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	4.985.515,65	5.954.937,30	10.940.452,94
Demonstração de Investimentos Acumulados	4.985.515,65	5.954.937,30	10.940.452,94
Diferença	0,00	0,00	0,00

11. Conciliação do Passivo a favor do BID (US\$)

DESCRIÇÃO	TOTAL
Demonstração de Fluxo de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	10.913.271,36
WLMS-1 (Disbursed Life)	10.913.271,36
Diferença	0,00

12. Conciliação entre os registros do Programa e os registros do BID (WLMS-1) por categorias de inversão:

CATEGORIAS DE INVERSÃO	DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO	WLMS-1	DIFERENÇA
Expansão da cobertura e melhoria da infraestrutura educativa	3.933.253,33	3.950.772,09	-17.518,76
Melhoria da qualidade de educação	542.168,54	524.570,18	17.598,36
Gestão, monitoramento e avaliação	506.652,86	506.652,86	0,00
Administração do Programa	3.440,91	3.440,91	0,00
TOTAL	4.985.515,65	4.985.436,04	79,60

As diferenças apuradas estão explicadas nos itens 8.2 e 8.7 desta Nota.

Florianópolis, 17 de março de 2016.

Sfelleira
Sidney Gaspar de Oliveira
Deputado Estadual
Decreto 10.000/2012

Márlis Lorenzetti
Márlis Lorenzetti
Diretora Administrativo e Financeira
Decreto nº 11.778/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)

**AUDITORIA DO PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA
EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM
FLORIANÓPOLIS**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O
CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS DE
CARÁTER CONTÁBIL E FINANCEIRO ASSOCIADO À
AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Município de Florianópolis

**Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino
Fundamental em Florianópolis**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2015, do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo Nº 3079/OC-BR e do aporte local do Município de Florianópolis, executado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data de 12 de abril de 2016.

Este relatório é complementar ao nosso parecer sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

Em relação à nossa auditoria, examinamos o cumprimento das cláusulas e dos artigos contratuais de caráter contábil e financeiro estabelecidos nas Disposições Especiais e nas Normas Gerais do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, aplicável em 31 de dezembro de 2015. Examinamos as Disposições Especiais descritas nos Capítulos 1 a 5, Cláusulas nºs. 1.01, 1.02, 1.04, 1.06, 1.08, 2.01, 2.02, 3.01(b), 3.03, 3.04, 3.05, 4.01, 4.01 (d)(i), 4.02(b),

4.06, 4.07, 5.01 e 5.03, e as Normas Gerais descritas nos artigos 4.03, 4.05, 4.06, 4.07, 7.01(b), 7.03, 7.04(b) e 8.01(a)(i).

Realizamos nossa auditoria em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria governamental (Planejamento, Execução e Relatório) emitidas pela Organização Internacional das Entidades Superiores de Fiscalização – INTOSAI, aplicáveis ao Brasil, e com os requisitos do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Essas normas requerem que planejem e executemos a auditoria para obter uma certeza razoável de que a Prefeitura Municipal de Florianópolis cumpriu as cláusulas pertinentes do contrato de empréstimo, as leis e os regulamentos aplicáveis ao Projeto. A auditoria inclui também o exame, em base de testes, da evidência apropriada. Consideramos que a auditoria proporciona uma base razoável para expressar nossa opinião.

Em nossa opinião, exceto no que se refere ao artigo 8.01 (a) (i) das Normas Gerais, conforme indicado no item 3.2.1.1 da Carta Gerencial desse Relatório, não chegou ao nosso conhecimento nenhum fato ou evento que caracterize o descumprimento ou a violação, por parte do Executor, dessas cláusulas e disposições de caráter contábil e financeiro.

Florianópolis, 12 de abril de 2016.


ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI
Auditor Fiscal de Controle Externo


LEONIR SANTINI
Auditor Fiscal de Controle Externo



LUIZ ALEXANDRE STEINBACH
Auditor Fiscal de Controle Externo


NELSON COSTA JUNIOR
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe de Divisão 1

Revisado.
Florianópolis, 15/04/16.


MICHELLE F. DE CONTO EL ACHKAR
Auditora Fiscal de Controle Externo
Coordenadora de Inspeção 1

Revisado.
Florianópolis, 18/04/16.


ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN
Auditor Fiscal de Controle Externo
Diretor da DAE

CUMPRIMENTO DAS CLÁUSULAS DO CONTRATO DE EMPRÉSTIMO Nº 3079/OC-BR- EXERCÍCIO DE 2015

O Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR estabelece o cumprimento de cláusulas e artigos conforme as Disposições Especiais e as Normas Gerais.

Quadro 01: Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, de 14/07/2015

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
1.01	Valor e Moeda de Aprovação do Empréstimo	Nos termos deste Contrato, o Banco se compromete a conceder ao Mutuário, e este aceita, um empréstimo, a seguir denominado o “Empréstimo”, no montante de até US\$ 58.860.000,00 (Cinquenta e oito milhões, oitocentos e sessenta mil Dólares), para contribuir para o financiamento do Programa.	O Banco disponibilizou desde o início do Projeto o montante de US\$ 10.913.271,36, correspondente a 18,54% do total do Empréstimo.	Cláusula Cumprida
1.02	Solicitação de Desembolsos e Moeda dos Desembolsos	(a) O Mutuário poderá solicitar ao Banco desembolsos do Empréstimo de acordo com o disposto no Artigo 4.03 das Normas Gerais. (b) Todos os desembolsos serão denominados e efetuados em Dólares, salvo nos casos em que o Mutuário opte por um desembolso denominado em moeda distinta do Dólar, de acordo com o disposto no Artigo 5.01 das Normas Gerais.	(a) O Mutuário solicitou ao Banco 01 (um) pedido de desembolso durante o exercício de 2015, totalizando US\$ 5.000.000,00, em 14/12/15. b) Os desembolsos ocorridos foram em dólares dos Estados Unidos da América e foram utilizados de acordo com as Políticas de Aquisições do Banco.	Cláusula Cumprida
1.04	Prazo para Desembolsos	O Prazo Original de Desembolsos será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrada em vigor deste Contrato. Qualquer extensão do Prazo Original de Desembolsos deverá contar com a anuência do Fiador e autorização legislativa do Mutuário e estará sujeita ao previsto no Artigo 3.02(f) das Normas Gerais.	O prazo original para o último desembolso do Banco é 14/07/19.	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
1.06	Juros	<p>(a) O Mutuário deverá pagar juros sobre os Saldos Devedores a uma taxa que será determinada de acordo com o estipulado no Artigo 3.03 das Normas Gerais.</p> <p>(b) Os juros serão pagos ao Banco semestralmente, nos dias 15 dos meses de março e setembro, a partir de 15 de setembro de 2014.</p>	<p>O Mutuário efetuou pagamentos de juros no montante de R\$ 215.734,05, correspondente a US\$ 60.383,16, nas seguintes datas e valores:</p> <p>a) Contrato de Câmbio nº 128578475, de 02/04/15, no valor de US\$ 25.167,60, correspondendo a R\$ 78.988,51;</p> <p>b) Contrato de Câmbio nº 15264151, de 17/09/15, no valor de US\$ 35.215,56 correspondendo a R\$ 136.745,54.</p>	Cláusula Cumprida
1.08	Comissão De Crédito	<p>O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito de acordo com o disposto nos Artigos 3.04, 3.05 e 3.07 das Normas Gerais.</p> <p>OBS: Normas Gerais:</p> <p>ARTIGO 3.04. <u>Comissão de crédito.</u> (a) O Mutuário deverá pagar uma comissão de crédito sobre o saldo não desembolsado do Empréstimo no percentual a ser estabelecido pelo Banco periodicamente, como resultado de sua revisão de encargos financeiros para empréstimos do capital ordinário, que em caso algum poderá exceder 0,75% por ano.</p> <p>(b) A comissão de crédito começará a incidir a partir de 60 (sessenta) dias, a contar da data de assinatura do Contrato.</p>	<p>O Mutuário efetuou pagamentos de Comissão de Crédito no montante de R\$ 474.539,34, correspondente a US\$ 135.368,53, nas seguintes datas e valores:</p> <p>a) Contrato de Câmbio nº 128578699, de 02/04/15, no valor de US\$ 68.641,15, correspondendo a R\$ 215.430,25;</p> <p>b) Contrato de Câmbio nº 131864125, de 17/09/15, no valor de US\$ 66.727,38 correspondendo a R\$ 259.109,09.</p>	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
2.01	Custo do Programa	O custo total do Programa é estimado em quantia equivalente a US\$ 118.430.000,00 (cento e dezoito milhões, quatrocentos e trinta mil Dólares).	Até 31/12/15 foram aplicados no Projeto o montante de US\$ 10.940.452,95, que representa 9,24% do custo total estimado.	Cláusula Cumprida
2.02	Recursos Adicionais	O valor dos recursos adicionais ao Empréstimo que, de acordo com o Artigo 7.04 das Normas Gerais, o Mutuário se compromete a fornecer oportunamente para a completa e ininterrupta execução do Programa, é estimado em quantia equivalente US\$ 59.570.000,00 (cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta mil Dólares), sem que esta estimativa implique limitação ou redução da obrigação do Mutuário de acordo com o referido Artigo. Para calcular a equivalência em Dólares, será adotada a regra selecionada pelo Mutuário na Cláusula 3.05 destas Disposições Especiais.	O Mutuário aplicou desde o início do Projeto o montante de US\$ 5.954.937,30, correspondente a R\$ 16.544.495,97, equivalente a 9,39% dos recursos adicionais ao Empréstimo.	Cláusula Cumprida
3.01 (b)	Utilização dos Recursos do Empréstimo	(b) Os recursos do Empréstimo serão utilizados somente para o pagamento de bens, obras e serviços originários dos países-membros do Banco.	Os recursos do Empréstimo foram utilizados somente para pagamento de serviços de Empresas originárias dos países-membros do Banco.	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
3.03	Reembolso de Despesas a Débito do Empréstimo	Com a concordância do Banco, dos recursos do Empréstimo poderá ser utilizada até uma quantia equivalente a US\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil Dólares) para reembolsar despesas efetuadas no Programa. Essas despesas devem ter sido efetuadas antes de 20 de novembro de 2013 e após 20 de maio de 2012, desde que se tenham cumpridos requisitos substancialmente análogos aos estabelecidos neste Contrato. Com a concordância do Banco, os recursos do Empréstimo também poderão ser utilizados para reembolsar despesas efetuadas ou financiar as que se efetuem com o Programa a partir de 20 de novembro de 2013 e até a data da entrada em vigor do presente Contrato, desde que se tenham cumprido os mencionados requisitos.	O executor não solicitou reembolso de despesas a débito do empréstimo em 2015.	Não se Aplica
3.04	Prazos para o início material das obras	O prazo para o início material das obras compreendidas no Programa será de 4 (quatro) anos, contados a partir da vigência do presente Contrato.	O prazo final para o início material das obras é 14/07/18.	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
3.05	Taxa de Câmbio	<p>Para efeito do estabelecido no Artigo 4.09(a) das Normas Gerais deste Contrato, as partes acordam que a taxa de câmbio aplicável a esta operação será a indicada no inciso (a)(i) do referido Artigo.</p> <p>OBS: Normas Gerais:</p> <p>ARTIGO 4.09. Taxa de Câmbio. (a) Para estabelecer a equivalência em Dólares de um gasto que seja efetuado na moeda do país do Mutuário, utilizar-se-á uma das seguintes taxas de câmbio, conforme disposto nas Disposições Especiais deste Contrato:</p> <p>(i) A mesma taxa de câmbio utilizada para a conversão dos recursos desembolsados em Dólares à moeda do país do Mutuário. Neste caso, para fins de reembolso de gastos a débito do Empréstimo e de reconhecimento de gastos a débito do Aporte Local, aplicar-se-á a taxa de câmbio vigente na data de apresentação da solicitação ao Banco; ou</p>	<p>No exercício de 2015, os gastos a débito do empréstimo foram convertidos pela mesma taxa de câmbio dos recursos desembolsados e os gastos a débito do aporte local foram convertidos pela taxa de câmbio da data de apresentação da Solicitação de Desembolso.</p>	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.01	Aquisições de Bens e Contratação de Obras e Serviços	<p>As Contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens que sejam financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 ("Políticas para a aquisição de bens e obras financiadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Aquisições), que o Mutuário declara conhecer, e de acordo com as seguintes disposições desta Cláusula:</p> <p>[...]</p> <p>Desde que incluídos no Plano de Aquisições do Programa, respeitados os demais requisitos desta Cláusula, as restrições estipuladas acima e as condições estabelecidas nas normas e procedimentos do Banco, o Mutuário poderá adotar para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns financiados pelo Banco, os procedimentos estabelecidos na legislação brasileira para a modalidade de licitação Pregão, nas formas presencial e eletrônico, admitindo-se também o sistema de registro de preços. Ressalvada a possibilidade de autorização por escrito de maiores valores pelo Banco, os limites de contratação para essas modalidades são: (i) para pregão presencial: o limite adotado para Comparação de Preços; e (ii) para pregão eletrônico e sistema de registro de preços: o limite adotado para Licitação Pública Nacional.</p> <p>[...]</p>	<p>Os seguintes processos de contratações de obras foram selecionados para revisão: PE Nº 850/2013 (Contrato 85/2014), PE 511/2014 (Contrato 1007/2014), PE 114/2015 (Contrato 408/2015), TP 815/2013 (Contrato 137/SME/2014), CC 0015/13 (Contrato 156/2015) e PE 111/2014 (Contrato nº 25/2015).</p> <p>As Contratações de obras foram efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 e na Lei nº 8.666/93.</p>	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.01 (d) (i)	Plano de Aquisições	<p><u>Aquisição de bens e contratação de obras e serviços.</u> As contratações de obras e serviços (conforme definido nas Políticas de Aquisições a seguir identificadas) e as aquisições de bens que sejam financiadas, total ou parcialmente, pelo Banco deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2349-9 ("Políticas para aquisição de bens e obras financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento"), de março de 2011 (doravante denominado "Políticas de Aquisições"), que o Mutuário declara conhecer, e de acordo com as seguintes disposições desta Cláusula:</p> <p>(d) Revisão pelo Banco das decisões em matéria de aquisições:</p> <p>(i) <u>Planejamento das aquisições de bens e contratações de obra e serviços:</u> Antes de efetuar qualquer aviso de pré-qualificação ou de licitação para a adjudicação de um contrato, o Mutuário deverá apresentar à revisão e aprovação do Banco o Plano de Aquisições proposto do Programa, que deverá incluir o custo estimado dos contratos, o agrupamento destes, se for o caso, os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis a cada um, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições. Este plano deverá ser atualizado pelo menos a cada 18 (dezoito) meses, ou com maior frequência segundo as necessidades do Programa, e cada versão atualizada do mesmo será submetida à revisão e aprovação do Banco.</p> <p>[...]</p>	<p>Revisão do Plano de Aplicação (atualização nº 04) de junho de 2015.</p> <p>O Executor recebeu o e-mail da Analista de Operações Sênior do BID afirmando que "o referido plano de aquisições foi devidamente atualizado e publicado em 26/08/2015".</p>	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.02 (b)	Plano Anual de Manutenção	<p>Manutenção. O Mutuário se compromete a:</p> <p>(b) apresentar ao Banco, durante o prazo de execução do Programa, dentro do primeiro trimestre de cada ano, um relatório sobre o estado dos mesmos e o plano anual de sua manutenção, conforme disposto na Seção V do Anexo Único. Se ficar comprovado, com base nas inspeções feitas pelo Banco ou nos relatórios recebidos, que a manutenção efetuada encontra-se abaixo dos níveis acordados, o Mutuário e o Órgão Executor deverão adotar as medidas necessárias para que as deficiências sejam corrigidas à satisfação do Banco.</p> <p>OBS: Anexo Único – Seção V:</p> <p>5.02 O primeiro plano anual de manutenção deverá corresponder ao exercício fiscal seguinte ao da entrada em operação da primeira obra do Programa.</p>	O primeiro relatório sobre o estado das obras e bens, assim como o Plano Anual de Manutenção devem ser encaminhados ao Banco até 31/03/16.	Não se aplica

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.06	Seleção e Contratação de Consultores	<p>A seleção e contratação de consultores financiadas total ou parcialmente com recursos do Financiamento deverão ser efetuadas de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-9 (“Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento”), de março de 2011 (doravante denominado “Políticas de Consultores”), que o Mutuário declara conhecer e se compromete a fazer conhecer, e de acordo com as seguintes disposições desta Cláusula:</p> <p>[...]</p>	<p>Em 2015 foram selecionadas para revisão as seguintes contratações de consultoria: SBQC 05/2014 (Contrato nº 119/2014) e Consultor Individual (Contrato 1102/2014).</p> <p>O Executor realizou as contratações de consultores de acordo com as disposições estabelecidas no Documento GN-2350-9 (Políticas para a seleção e contratação de consultores financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento)</p>	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.07	Compilação de Dados e Relatórios	O Mutuário apresentará ao Banco para sua aprovação antes do último dia calendário dos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a partir da data de entrada em vigor deste Contrato, relatórios de acompanhamento descrevendo as atividades realizadas de acordo com o respectivo Plano Operacional Anual (POA) e os problemas encontrados na execução do Programa.	<p>Relatório do 2º Semestre de 2014:</p> <p>Por meio do Ofício nº 50/2015, de 24/04/15, o Executor encaminhou ao Banco o Relatório referente ao segundo semestre de 2014.</p> <p>O Banco emitiu o CBR-1373/2015, de 28/04/15, acusando o recebimento.</p> <p>Relatório do 1º Semestre de 2015:</p> <p>Este relatório foi enviado ao Banco em 01/09/15. Entretanto, o Banco após diversas objeções.</p> <p>Segundo e-mail do Analista de Operações Sênior, de 16/09/15, o Banco analisou o material e solicitou as seguintes mudanças/explicações na parte destinada às informações para atualização do PMR dos produtos 1, 2, 3, 4, 6, 9 e na parte administração do programa.</p>	Cláusula Cumprida
5.01	Registros, Inspeções e Relatórios	O Mutuário se compromete a manter registros, permitir inspeções, apresentar relatórios, manter um sistema de informação financeira e uma estrutura de controle interno aceitáveis ao Banco e fazer auditar e apresentar ao Banco as demonstrações financeiras e outros relatórios auditados, de acordo com as disposições estabelecidas neste Capítulo e no Capítulo VII as Normas Gerais.	<p>O Mutuário mantém registros, permite a realização de inspeções, apresenta os relatórios exigidos pelo Banco e pela auditoria e, apresenta as demonstrações financeiras de acordo com as disposições estabelecidas no Capítulo VIII das Normas Gerais.</p> <p>Obs.: Vide comentários sobre o cumprimento do artigo 8.01 (a), (i), das Normas Gerais.</p>	Cláusula Cumprida

CLÁUSULA	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
5.03	Demonstrações Financeiras	O Mutuário se compromete a apresentar ao Banco dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de cada exercício fiscal do Mutuário, durante o Prazo Original de Desembolso ou suas extensões, as demonstrações financeiras do Programa, devidamente auditadas pelo Tribunal e Contas do Estado de Santa Catarina ou por empresa de auditoria independente aprovada pelo Banco. O último relatório contendo as demonstrações financeiras auditadas deverá ser apresentado ao banco dentro dos 120 (cento e vinte) dias seguintes ao vencimento do Prazo Original de Desembolso ou suas extensões.	Por meio do Ofício nº 53/2015, de 30/04/15, o Gestor remeteu ao Banco as Demonstrações Financeiras do Projeto auditadas pelo Tribunal de Contas de Santa Catarina, referentes ao exercício de 2014. Por meio do CBR-1874/2015, de 10/06/15, o Banco acusa do recebimento e considera cumprido o requisito contratual.	Cláusula Cumprida

Fonte: Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, Prefeitura M. de Florianópolis e TCE/SC.

Quadro 02: Normas Gerais – Artigos do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR

ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.03	Requisitos Para Qualquer Desembolso	Para que o Banco efetue qualquer desembolso será preciso: (a) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme o caso, tenha apresentado por escrito, ou por meio eletrônico na forma e nas condições especificadas pelo Banco, um pedido de desembolso e que, em apoio ao mesmo, tenham sido fornecidos ao Banco os documentos pertinentes e demais antecedentes que este possa haver solicitado; (b) que o Mutuário ou o Órgão Executor, conforme seja o caso, tenha aberto e mantenha uma ou mais contas bancárias em uma instituição financeira em que o Banco realize os desembolsos; (c) salvo acordo em contrário pelo Banco, os pedidos sejam apresentados, o mais tardar, 30 (trinta) dias antes da data de vencimento do Prazo Original de Desembolsos ou qualquer extensão do mesmo; (d) não tenham ocorrido quaisquer das circunstâncias descritas no Artigo 6.01 destas Normas Gerais; e (...).	O Mutuário atendeu aos requisitos estabelecidos neste artigo e apresentou ao BID um pedido de desembolso, na seguinte data e valor: - Em 14/12/15, no valor de US\$ 5.000.000,00, por meio da Solicitação nº 5, na modalidade de Adiantamento de Fundos.	Artigo Cumprido
4.05	Procedimento de Desembolso	O Banco poderá efetuar desembolsos da seguinte maneira: (a) transferindo a favor do Mutuário as quantias a que este tenha direito de acordo com este Contrato sob a modalidade de reembolso de despesas e Adiantamento de Fundos; (b) efetuando pagamentos a terceiros por conta do Mutuário, e de comum acordo; ou (c) mediante outra modalidade que as partes acordem por escrito. Qualquer despesa bancária em razão dos desembolsos correrá por conta do Mutuário. Salvo acordo das partes em contrário, somente serão feitos desembolsos, em cada oportunidade, de quantias não inferiores a um montante equivalente a US\$ 100.000,00 (cem mil Dólares).	a) No exercício de 2015, o Banco transferiu a favor do Mutuário a quantia de US\$ 5.000.000,00 na modalidade de adiantamento de fundos; b) Não houve pagamentos a terceiros; c) Não houve transferência em outra modalidade.	Artigo Cumprido

ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.06	Reembolso de Despesas	<p>a) Cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e os que sejam pertinentes das Disposições especiais, o Banco poderá efetuar desembolsos para reembolsar ao Mutuário, ou ao Órgão executor, conforme seja o caso, as despesas efetuadas na execução do Projeto que sejam elegíveis para atender-se com recursos do Empréstimo, de acordo com as disposições deste Contrato.</p> <p>b) Salvo acordo expresso entre as partes, os pedidos de desembolso para reembolsar despesas financiadas pelo Mutuário ou pelo Órgão Executor, conforme seja o caso, de acordo com o inciso (a) acima, deverão ser feitas prontamente, à medida que o Mutuário ou o Órgão Executor incorram em tais despesas, ou, no mais tardar, dentro dos 60 (sessenta) dias seguintes ao fim de cada semestre ou em outro prazo que as partes acordem.</p>	Não houve desembolsos, em 2015, para reembolsar despesas anteriores a assinatura do Contrato.	Não se aplica

ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
4.07	Adiantamento de Fundos	<p>(a) Cumpridos os requisitos previstos nos Artigos 4.01 e 4.03 destas Normas Gerais e os que sejam pertinentes das Disposições Especiais, o Banco poderá efetuar desembolsos para adiantar recursos ao Mutuário ou ao Órgão Executor, conforme seja o caso, para atender despesas elegíveis com recursos do Empréstimo, nos termos das disposições deste Contrato.</p> <p>(b) O montante máximo de cada Adiantamento de Fundos será fixado pelo Banco com base nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsões periódicas de gastos, de acordo com inciso (a) acima. (...)</p> <p>(c) O Banco poderá (i) ampliar o montante máximo do Adiantamento de Fundos vigente quando tenham surgido necessidades imediatas de recursos financeiros que o justifiquem, e assim lhe for justificadamente solicitado, e se for apresentado um extrato de despesas programadas para a execução do Projeto correspondente ao período do Adiantamento de Fundos vigente; ou (ii) efetuar um novo Adiantamento de Fundos com base no indicado no inciso (b) acima, quando tenha-se justificado, pelo menos, 80% (oitenta por cento) do total dos recursos desembolsados a título de adiantamento. (...)</p> <p>(d) O Banco poderá também reduzir ou cancelar o saldo total acumulado do(s) adiantamento(s) de fundos caso determine que os recursos desembolsados não foram utilizados ou justificados devida e oportunamente ao Banco, de acordo com as disposições deste Contrato.</p>	<p>(a) No exercício de 2015, o Banco efetuou 01 (um) Adiantamento de Fundos no montante de US\$ 5.000.000,00, em atendimento a Solicitação de Desembolso nº 5 de 14/12/15.</p> <p>(b) Fato não ocorrido no exercício;</p> <p>(c) Fato não ocorrido no exercício; e</p> <p>(d) Fato não ocorrido no exercício.</p>	Artigo Cumprido

ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
7.01(b)	Disposições Gerais Relativas à Execução do Projeto	(b) Qualquer modificação substancial nos planos, especificações, cronograma de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco haja aprovado, assim como qualquer modificação substancial no contrato ou contratos de bens ou serviços custeados com os recursos destinados à execução do Projeto, ou nas categorias de investimento, dependerá de prévio consentimento escrito do Banco.	Não houve modificação substancial nos Planos, especificações, cronogramas de investimentos, orçamentos, regulamentos e outros documentos que o Banco aprovou.	Não se aplica
7.03	Utilização de Bens	Salvo autorização expressa do Banco, os bens adquiridos com os recursos do Empréstimo deverão destinar-se exclusivamente aos fins do Projeto. Concluída a execução do Projeto, a maquinaria e o equipamento de construção utilizados nessa execução poderão ser empregados para outros fins.	Os bens adquiridos em 2015 com recursos do empréstimo foram destinados exclusivamente aos fins no Projeto.	Artigo Cumprido
7.04 (b)	Recursos Adicionais	(b) A partir do ano civil seguinte ao do início do Projeto e durante o período de sua execução, o Mutuário deverá demonstrar ao Banco, nos primeiros 60 (sessenta) dias de cada ano civil, que disporá, oportunamente, dos recursos necessários para efetuar a contribuição local ao Projeto durante esse ano.	O Gestor encaminhou ao Banco, por meio do Ofício nº 29/2015, de 03/03/2015, a Lei Orçamentária Anual e Lei de Diretrizes Orçamentária do exercício de 2015, para cumprimento da exigência contratual.	Artigo Cumprido

ARTIGO	ASSUNTO	DESCRIÇÃO	COMENTÁRIOS	FORMA DE CUMPRIMENTO
8.01 (a) (i)	Sistema de Informação Financeira	(a) O Mutuário, o Órgão Executor ou o Órgão Contratante, conforme o caso, deverá manter: (i) um sistema de informação financeira aceitável ao Banco que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo e de outras fontes de financiamento, se for o caso;	O Executor não possui um sistema de informação para gerenciamento do Programa. A inexistência do sistema gerou um achado de auditoria relatado no Relatório de Auditoria do Exercício de 2014, permanecendo no Relatório de 2015. Por meio do Ofício nº 10/2016, de 27/01/16, enviado ao TCE, o Executor comunica que em cumprimento à recomendação constante do Relatório de Auditoria de 2014, realizou a aquisição de um Sistema Informatizado de Controle Gerencial, estando a documentação da empresa vencedora da seleção sendo avaliada por Comissão de Avaliação Técnica. - Licitação Pública Nacional nº 37/15, para contratação de concessão de licença de uso de software/sistema informatizado, com abertura das propostas em 20/01/2016.	Artigo não cumprido

Fonte: Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, Prefeitura M. de Florianópolis e TCE/SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS

DIRETORIA DE ATIVIDADES ESPECIAIS (DAE)

**PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO
INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS**

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O SISTEMA DE
CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Ao Município de Florianópolis

**Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino
Fundamental em Florianópolis**

Realizamos a auditoria da Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2015 e da Demonstração de Investimentos Acumulados em 31 de dezembro de 2015, do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, financiado com recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme o Contrato de Empréstimo Nº 3079/OC-BR e do aporte local do Município de Florianópolis, executado pela Secretaria Municipal de Educação (SME), e emitimos nossos respectivos relatórios sobre os mesmos, com data 12 de abril de 2016.

Este relatório é complementar a nossa Opinião sobre as Demonstrações Financeiras mencionadas.

A Administração da Secretaria Municipal de Educação (SME), executora do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, é responsável por estabelecer e manter um sistema de controle interno suficiente para mitigar os riscos de distorção das informações financeiras e proteger os ativos sob a custódia do Projeto, incluindo as obras construídas e outros bens adquiridos.

Para cumprir com essa responsabilidade, requer-se juízos e estimativas da administração para avaliar os benefícios esperados e os custos relativos às políticas e procedimentos do sistema de controle interno. Os objetivos de um sistema de controle interno são fornecer à administração uma segurança razoável, porém não absoluta, de que os ativos estão protegidos contra perdas decorrentes de usos ou disposições não autorizadas, que as transações são realizadas de acordo com as autorizações da administração e os termos do contrato e que estão adequadamente registradas para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras confiáveis.

Devido às limitações inerentes a qualquer sistema de controle interno, podem ocorrer erros ou irregularidades que não sejam detectados. Além disso, as projeções de qualquer avaliação da estrutura de períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os procedimentos possam mostrar-se inadequados devido a mudanças nas condições, ou que a eficácia do desenho e operação das políticas e dos procedimentos possa se deteriorar.

Ao planejar e desenvolver nossa auditoria das Demonstrações Financeiras do Projeto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, obtivemos um entendimento do sistema de controle interno vigente e avaliamos o risco de controle para determinar os procedimentos de auditoria, com o propósito de expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras do Projeto, e não para opinar sobre a eficácia do sistema de controle interno, motivo pelo qual não a expressamos.

Observamos certos aspectos que são descritos no presente relatório relacionados com o sistema de controle interno e sua operação, que consideramos condições que merecem ser informadas, em conformidade com as normas internacionais de auditoria. As condições que merecem ser informadas compreendem assuntos que chamaram a nossa atenção relativamente a deficiências importantes no desenho ou operação do sistema de controle interno que, em nosso julgamento, poderiam afetar adversamente a capacidade do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, para registrar, processar, resumir e

apresentar informações financeiras de forma consistente com as afirmações da administração nas Demonstrações de Fluxos de Caixa e de Investimentos Acumulados.

Uma deficiência significativa é uma condição que merece ser informada, em que o desenho ou operação de um ou mais elementos do sistema de controle interno não reduz a um nível relativamente baixo o risco de que possam ocorrer erros ou irregularidades por valores que poderiam ser significativos em relação às Demonstrações Financeiras do Projeto, e que poderiam não ser detectados oportunamente pelos empregados no desempenho normal das funções para as quais foram designados.

As deficiências do Controle Interno consideradas significativas estão identificadas na Carta Gerencial deste Relatório.

Florianópolis, 12 de abril de 2016.



ANTÔNIO CÉSAR MALICESKI
Auditor Fiscal de Controle Externo



LEONIR SANTINI
Auditor Fiscal de Controle Externo



LUIZ ALEXANDRE STEINBACH
Auditor Fiscal de Controle Externo



NELSON COSTA JUNIOR
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe de Divisão 1

Revisado.

Florianópolis, 15/04/16.



MICHELLE F. DE CONTO AL ACHKAR
Auditora Fiscal de Controle Externo
Coordenadora de Inspeção 1

Revisado.

Florianópolis, 18/04/16.



ROBERTO SILVEIRA FLEISCHMANN
Auditor Fiscal de Controle Externo
Diretor da DAE

1. CONTROLE INTERNO

1.1. Entendimento da Entidade

1.1.1. Órgão Executor

De acordo com no Regulamento Operativo¹, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, Edição 1314 de 06/10/14, o executor do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Município de Florianópolis será a Secretaria Municipal de Educação (SME), por meio de uma Assessoria Especial, instancia vinculada ao Gabinete do Secretário da SME.

1.1.2. Assessoria Especial de Coordenação do Projeto

O Projeto será executado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) por meio de uma Assessoria Especial (AE), vinculada diretamente ao Gabinete do Secretário Municipal de Educação.

Compete à Assessoria Especial planejar, coordenar, supervisionar e avaliar, técnica e financeiramente, a execução do Projeto, em seus diferentes níveis de atuação, dentre outras atribuições.

A estrutura e atribuições dos profissionais envolvidos na execução do projeto estão descritas na Seção V do Regulamento Operativo, a saber:

1.1.2.1. Coordenador Geral do Projeto

O Coordenador Geral, titular da Assessoria Especial do Gabinete do Secretário de Educação, é um ocupante de cargo comissionado, nomeado pelo Decreto nº 12.667, de 10/02/14.

Compete ao Coordenador Geral, como principal interlocutor com o Banco, planejar, coordenar, gerenciar implantação e supervisionar a execução das atividades previstas, representar o Projeto perante o Banco, assegurar o cumprimento do Contrato de Empréstimo e reportar-se ao Secretário de Educação sobre andamento dos trabalhos, dentre outras.

¹ Portaria nº 283/2004 de 04/09/2014 – Determina a entrada em vigência do Regulamento Operativo do Projeto
AUDITORIA DO PROJETO DE EXPANSÃO E APERFEIÇOAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO
FUNDAMENTAL EM FLORIANÓPOLIS – EXERCÍCIO DE 2015

1.1.2.2. Assessoria Jurídica

A Assessoria Jurídica responde pelo acompanhamento e revisão final dos termos de referência, editais, contratos e demais instrumentos licitatórios e jurídicos do Projeto, bem como, emite pareceres prévios à celebração de ajustes e auxilia a AE nas atividades que exigirem conhecimento jurídico.

1.1.2.3. Diretorias da Secretaria Municipal de Educação (SME)

As diretorias da SME, envolvidas no Projeto, para absorver as atividades adicionais decorrentes da execução do Projeto, terão suas equipes expandidas, por servidores públicos ou consultores de longo prazo contratados pela SME, como segue:

- Diretoria de Educação Infantil – um profissional de nível pleno;
- Diretoria de Ensino Fundamental – um profissional de nível pleno;
- Diretoria de Observatório e Apoio Educacional – um profissional de nível pleno;
- Diretoria de Infraestrutura – um engenheiro, um arquiteto e um orçamentista (técnico em edificações);
- Diretoria de Administração de Pessoal;
- Diretoria Administrativa e Financeira: um contador, um especialista em aquisições, um especialista financeiro, dois assistentes administrativos.

1.1.2.4. Diretorias de Administração e Finanças

A Diretoria de Administração e Finanças será responsável por executar as atividades administrativas, financeiras e contábeis do Projeto, dar suporte às demais atividades e zelar pela correta aplicação das normas e procedimentos do Banco.

O Diretor de Administração e Finanças será auxiliado por uma equipe composta por pelo menos um especialista financeiro e dois assistentes administrativos.

1.1.2.5. Especialista em Aquisições

A Gestão de Aquisições e contratos do Projeto ficará a cargo do Especialista em Aquisições e uma equipe de apoio para garantir a execução tempestiva das atividades prevista e a conformidade dos processos licitatórios com a legislação nacional e as normas do BID.

O Especialista em Licitações comporá obrigatoriamente a Comissão Especial de Licitação (CEL) e será auxiliado por um assistente administrativo.

1.1.3. Comitê de Coordenação do Projeto

O Comitê de Coordenação do Projeto, constituído por Portaria, tem por objetivo assegurar a adequada coordenação intra-secretaria, com vistas a agilizar e qualificar a execução do projeto.

O Comitê realizará reuniões ordinárias semanais, e extraordinárias, por convocação de seu Secretário Executivo, função exercida pelo Assessor Especial de Coordenação do Projeto.

A composição do Comitê terá um representante das seguintes áreas internas da SME:

- Assessoria Especial
- Secretaria Adjunta
- Diretoria de Educação Infantil
- Diretoria de Ensino Fundamental
- Diretoria do Observatório da Educação e de Apoio ao Educando
- Diretoria de Infraestrutura
- Diretoria de Administração Escolar
- Gerencia de Formação Permanente
- Diretoria Administrativa e Financeira
- Comissão Especial de Licitação
- Assessoria Jurídica

1.1.4. Comissão Especial de Licitação (CEL)

As aquisições do Projeto serão realizadas por Comissão Especial de Licitação, criada por meio de Portaria, em uma instância da Secretaria Municipal de Educação.

2. COMPONENTES DO CONTROLE INTERNO

A Metodologia COSO (*Committee of Sponsoring Organizations*), que significa Comitê das Organizações Patrocinadoras, tem como objetivo aperfeiçoar a qualidade dos relatórios financeiros por meio de éticas profissionais, implementação de controles internos e governança corporativa.

Esta metodologia propõe um padrão de entendimento, avaliação e aperfeiçoamento de controles internos de maneira que a estrutura em cinco componentes, inter-relacionados, quais sejam: o Ambiente de Controle, a Avaliação de Riscos; as Atividades de Controle; as Informações e Comunicações; e o Monitoramento.

A fim de analisarmos os referidos componentes do COSO I e chegarmos à conclusão do reflexo e influência das ações do Sistema de Controle Interno do Projeto nas Demonstrações Financeiras, aplicamos técnicas de auditoria de inspeção de registros e documentos (exames físicos e eletrônicos), indagação (questionários) e procedimentos analíticos (matriz de riscos).

2.1. Ambiente de Controle

Este componente dita o “ritmo” da organização, influenciando a consciência de controle das pessoas que nela trabalham. É a base dos demais componentes. Os elementos do Ambiente de Controle são, entre outros: integridade pessoal e profissional e valores éticos do quadro de empregados ou servidores; comprometimento com a competência, as responsabilidades e os resultados; estrutura organizacional da entidade; políticas e práticas de recursos humanos.

O Projeto tem organograma formal que representa a estrutura organizacional, contemplando definição sobre nível de reporte/hierarquia, delegação de autoridade e de responsabilidades, respeitando o Princípio da Segregação de Funções, com amparo na Lei Complementar nº 481, de 16/01/2014, que dispõe sobre Assessoria Especial do Gabinete do Secretário Municipal de Educação, a qual coordena o Projeto.

No que se refere ao controle interno, o município de Florianópolis possui um órgão responsável em avaliar a ação governamental e a gestão dos

administradores públicos do município por intermédio de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, em conformidade com a Lei nº 7.626, de 09/05/2008, sendo aplicável ao Projeto.

O Estatuto dos Servidores do Município de Florianópolis, através da Lei Complementar 063/2003, é aplicado à Gerência do Programa. O referido estatuto trata, entre outros assuntos, sobre: integridade e ética profissional; direitos e obrigações; competências; políticas de recursos humanos, treinamentos e capacitações; avaliação periódica etc.

2.2. Avaliação de Riscos

O componente em questão se caracteriza quando da análise e identificação dos riscos relevantes para a consecução dos objetivos, e determina a base para definir como os riscos devem serão administrados. Avaliar riscos significa identificar eventos que possam impactar os objetivos da entidade, mensurar a probabilidade e o impacto de sua ocorrência, bem como dar resposta adequada a estes riscos.

Como ferramenta para Avaliação de Riscos, o Executor utiliza uma matriz de riscos constante do Relatório Semestral de Progresso, que é composta pelos seguintes grupos de informações:

- Riscos identificados;
- Tipos de Riscos;
- Impacto caso ocorra (a);
- Probabilidade de ocorrência (b);
- Risco Combinado (a x b);
- Avaliação do nível do risco;
- Ações de mitigação;
- Planejamento; e
- Execução.

Analisando a referida matriz de riscos, constatou-se que o Executor avaliou como baixa a efetiva ocorrência dos riscos identificados, bem como seus efeitos, nas demonstrações financeiras.

No entanto, a matriz aplicada pelo Executor não contempla todas as áreas específicas do Programa que oferecem riscos a execução, abordando poucos itens de âmbito operacional e institucional.

2.3. Atividades de Controle

Este componente pode ser definido por Políticas e procedimentos para assegurarem que as diretrizes da administração sejam seguidas. As Atividades de Controle incluem: procedimentos de autorização e aprovação; controles gerenciais; processamento da informação; controles físicos; indicadores de desempenho; segregação de funções etc.

2.3.1. Atividades da Secretaria de Educação

De acordo com a Cláusula 4.01, (d), (i), do Contrato de Empréstimo nº 3079 OC-BR, antes de efetuar qualquer aviso de pré-qualificação ou de licitação para a adjudicação do contrato, o Mutuário deverá apresentar, para revisão e aprovação do Banco, o Plano de Aquisições (P.A.) proposto no Projeto, que deverá incluir o custo estimado dos contratos, o agrupamento destes, se for o caso, os critérios de seleção e os procedimentos aplicáveis a cada um, de acordo com o disposto no parágrafo 1 do Apêndice 1 das Políticas de Aquisições.

Com base no Plano de Aquisições aprovado pelo Banco, o Coordenador do Projeto solicita autorização ao Secretário de Educação, para realização dos Processos Licitatórios. Após autorização, a coordenação emite uma solicitação de licitação ao controlador interno da Pasta da Educação. Este, após reunir a documentação exigida para abertura do Processo Licitatório, encaminha para a Diretoria Administrativa e Financeira.

Após a seleção da empresa pela Comissão de Licitações da Educação, a documentação aprovada é encaminhada ao Banco para “não objeção” e, após ao Secretário de Educação ou a quem ele delegar para emitir a ordem de serviço.

Os Processos Administrativos relativos a Desembolsos e Aquisições estão formalizados nas diretrizes emitidas pelo BID e no Contrato de Empréstimo. Quanto a aplicações de recursos da contrapartida, as aquisições seguem a legislação nacional e municipal referentes aos gastos públicos.

2.3.2. Origem de Recursos

Com referência aos recursos externos, a Prefeitura de Florianópolis, por meio do Secretário de Educação e da coordenadora da AE, representantes designados pelo Prefeito para solicitar desembolsos da conta do empréstimo, remete o documento “Solicitação de Desembolso” à Representação do BID, em Brasília/DF. O valor a ser desembolsado pelo Banco é calculado com base nas necessidades de liquidez do Projeto para atender previsão de pagamentos para o período de 06 meses.

O Banco recompõe a conta designada por meio da modalidade Adiantamento de Fundos. Quando liberado tais recursos (em dólares), são depositados na agência do Banco do Brasil em Nova Iorque, EUA, conta corrente nº 82.892.282, em nome da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Após, a Gerente da A.E. solicita ao Banco do Brasil (BB), o contrato de câmbio para transferir os recursos para o País. Assim, os recursos são transferidos, em moeda nacional, para o Banco do Brasil, na conta corrente nº 3079-1, de titularidade da Prefeitura Municipal de Florianópolis, conta corrente específica para recebimento e pagamento dos recursos do Projeto.

2.3.3. Aplicação de Recursos

Relativamente aos procedimentos para aplicação de recursos do Projeto, o município realiza empenho global pelo valor total do contrato.

As medições dos quantitativos de serviços executados são realizadas mensalmente. Estas medições recebem as assinaturas do engenheiro responsável da empresa, engenheiro fiscal do município e secretário de obras. As medições assinadas são encaminhadas à Secretaria da Fazenda Municipal, quando se trata de medições da contrapartida. Quando se refere a recurso do Empréstimo, é executado pela Secretaria Municipal de Educação, por meio da Diretoria de Administração Financeira.

Logo após, com base nas medições aprovadas, a liquidação é registrada mediante carimbo de aceite na nota fiscal. O processo de pagamento de cada fatura compreende nota fiscal, TED dos impostos retidos para a conta específica de controle de impostos do município, nota de

empenho, autorização de empenho, medição, ordem de pagamento do empenho, medição e TED do pagamento à empresa.

No que diz respeito aos registros contábeis, estes são feitos pelo órgão de Contabilidade Geral do Município, entretanto, quando se trata de recurso do empréstimo, quem empenha e efetua o pagamento é a Diretoria de Administrativa e Financeira da Secretaria de Educação.

2.3.4. Segurança da Informação

O sistema de processamento de dados da Prefeitura Municipal de Florianópolis (administração, cópias e restaurações) é gerenciado pelo Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC).

O CIASC gerencia os dados eletrônicos recebidos da prefeitura através de cópias de segurança e restaurações feitas pelo método *DUMP* (back-up que importa e exporta os dados). A Gerência de Tecnologia e Informação do CIASC mantém, ainda, cópias no *Cloud Server* (servidor em nuvens ou virtual).

A vantagem da utilização do referido método *DUMP* é que a cópia de segurança pode ser realizada a partir de qualquer hospedeiro remoto que possua acesso ao banco de dados. Além disso, os dados podem ser acessados de qualquer lugar, desde que seja feito por alguém com autorização para tanto.

Importante também destacar que todas as máquinas têm antivírus instalado, o que gera mais segurança e confiabilidade aos dados recebidos e armazenados.

2.4. Informações e Comunicações

Informações e Comunicações se traduzem na identificação, captura e troca de informações de forma que os empregados e servidores cumpram suas responsabilidades. A habilidade da administração de tomar decisões corretas é afetada pela qualidade da informação, que deve ser apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível. A comunicação eficaz deve fluir pela estrutura inteira da organização ou órgão.

Diante disso, observa-se que a comunicação, no âmbito do Projeto, é feita mediante Ofícios, CBRs e e-mails corporativos, da base do servidor da prefeitura.

Analisando-se a estrutura da Assessoria Especial, bem como da Secretaria de Educação, percebe-se que existe um efetivo sistema de tramitação documental, através de uma adequada segregação de funções, o que resulta em uma eficaz comunicação do fluxo de informações das atividades do Projeto.

A elaboração dos demonstrativos financeiros e dos registros contábeis é suportada por normas, sendo que o documento "Guia de Relatórios Financeiros e Auditoria Externa das Operações Financiadas pelo BID" apresenta os demonstrativos exigidos pelo Banco. Destaca-se, no entanto, que o sistema informatizado de controle gerencial do Projeto ainda não foi implementado.

Em referência à divulgação, por se tratar de um órgão público, a Secretaria de Educação dispõe do Diário Oficial do Município de Florianópolis, instrumento legal e eficaz para a publicação de todos os atos da administração pública.

2.5. Monitoramento

Este componente é o processo que avalia a qualidade do desempenho dos controles internos ao longo do tempo. Envolve a avaliação do desenho e da tempestividade das operações dos controles e a tomada de decisões corretiva. A auditoria interna participa do Monitoramento quando avalia diferentes partes do controle interno de uma entidade e relata as fraquezas à Administração, com recomendações para que se operem melhorias.

A Assessoria Especial realiza o acompanhamento e monitoramento da execução do Projeto. Os engenheiros da Diretoria de Infraestrutura, diretamente vinculada à Secretaria de Educação, fazem vistoria *in loco* para validar as informações dos relatórios e medições recebidas. As medições dos quantitativos de serviços executados são realizadas mensalmente.

Como o sistema informatizado de controle gerencial ainda não foi implementado, o monitoramento do fornecimento de materiais, de prestação de

serviços e a elaboração dos demonstrativos financeiros não ocorrem via sistema automatizado, mas em controles paralelos, através de Software Excel, fato que fragiliza o sistema de controle interno.

Deve-se dar destaque a um controle gerencial do Projeto que é feito pelo BID, o qual se dá através da análise de matrizes que compõe o Plano de Monitoramento de Riscos (PMR). O PMR é um relatório formulado pelo BID e preenchido pelo Executor, sua emissão é semestral, devendo ter aprovação formal pelo Banco, através de CBR. Trata-se de um documento que traz os principais indicadores físicos e financeiros, no qual são analisados, principalmente, os desempenhos das atividades finalísticas do Projeto, tais como taxas de crianças matriculadas nas escolas infantil e fundamental, notas e rendimentos dos alunos, quantidade e qualificação dos professores, entre outros.

Pelo exposto, percebe-se que este PMR torna-se uma eficiente ferramenta de monitoramento do Projeto por parte do Executor e do Banco.

2.6. Conclusão

Diante do entendimento do Sistema de Controle Interno do Projeto, mediante inspeções e análise das respostas de questionários, os quais fomentaram a matriz de avaliação de riscos de auditoria, destacamos que a Assessoria Especial de Coordenação do Projeto (AE) mantém o controle das informações operacionais, financeiras e contábeis em planilhas do Software Excel, não operacionalizando o sistema de processamento de dados (em fase de implementação), que é uma exigência contratual, a fim de gerar informações mais seguras. Este fato foi apontado no Relatório de Auditoria de 2014 e neste.

Além disso, constataram-se dificuldades na elaboração dos Demonstrativos Financeiros exigidos pelo BID, resultado de insuficiente capacitação e treinamento.

Apesar do exposto, os controles aplicados no Projeto para mitigar os riscos são considerados satisfatórios, uma vez que a Assessoria Especial de Coordenação do Projeto, atende, conforme já exposto, de maneira geral, aos principais requisitos exigidos pelo BID, bem como aos Componentes do COSO I.

3. CARTA GERENCIAL

Nesta Carta Gerencial são analisados aspectos relativos à existência de litígios ou reclamações que possam afetar de maneira relevante as demonstrações financeiras, relatados os achados de auditoria do período de 2015, assim como as recomendações dos auditores relativas ao primeiro Relatório de Auditoria do Projeto.

3.1. Identificação da Existência de Litígios e/ou Reclamações

Para identificar a existência de litígios e/ou reclamações, aplicou-se o procedimento de Indagação, que compreende a obtenção de informações dos advogados acerca de passivos contingentes relativos ao Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis. Deste modo, solicitou-se a Assessoria Especial do Projeto (AE), por meio do Ofício TCE/DAE nº 22.634/2015, de 07/12/15, que encaminhasse uma Carta de Indagação à Procuradoria Geral do Município requerendo informações sobre o Projeto.

O Município informou ao TCE/SC, por meio do Ofício da Procuradoria Geral nº 209/2016, de 29/03/16, *“que esta Procuradoria não tem conhecimento de qualquer decisão administrativa ou judicial pendente, ação legal ou reclamação pendente e/ou qualquer assunto em litígio que possa influir sobre a situação financeira do projeto”*.

3.2. Avaliação do Cumprimento da Recomendação do Exercício Anterior

Em atenção à recomendação proferida na Decisão nº 1197/2015, de 19/08/15, deste Tribunal de Contas, a Prefeitura Municipal de Florianópolis apresentou, por meio do Ofício nº 010/2016, de 27/01/16, as ações executadas pelo executivo municipal para cumprimento da recomendação.

3.2.1. Sistema de Controle Interno

3.2.1.1. Dê celeridade ao processo de implantação do Sistema Informatizado de Controle Gerencial que contempla a prestação de contas ao BID e o acompanhamento da execução do Projeto, conforme estabelecido no artigo 8.01, “a”, “i” das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079-BR, item 3.2.1.1 do Relatório de Auditoria do exercício de 2014.

Em atenção à recomendação, o Executor informou que o Sistema Informatizado de Controle Gerencial foi licitado, estando à documentação da empresa vencedora da seleção sendo avaliada pela Comissão de Avaliação Técnica e que em seguida será procedida a contratação.

Para comprovação, foram apresentados os seguintes documentos: Ata da sessão de abertura das propostas da LPN 0037/2015, em 20/01/2016 e Portaria nº 001/2016, de 20/01/16, que nomeou o Comitê Técnico de Avaliação do Sistema Gerencial.

Porém, em que pese o esforço do Executor em providenciar a licitação para aquisição do sistema informatizado para gestão do Programa, destaca-se que até o encerramento da execução dos trabalhos de Auditoria o Sistema ainda não havia sido implantado. Por este motivo, as Demonstrações Financeiras de 2015 e demais documentos exigidos pelo Banco foram elaborados por meio do software Excel, fato que torna o Sistema de Controle Interno vulnerável a erros.

Cabe ressaltar, que enquanto não ocorrer a implementação do Sistema Informatizado que permita o registro contábil, orçamentário e financeiro, e a emissão de demonstrações financeiras e outros relatórios relacionados com os recursos do Empréstimo, torna-se fragilizado o Sistema de Controle interno e aumenta os riscos de erros nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios, uma vez que se trata de uma ferramenta essencial para controle, prestação de contas e acompanhamento da execução do Projeto.

Neste contexto, mantém-se a recomendação à Prefeitura Municipal de Florianópolis para que dê celeridade ao processo de implantação do Sistema Informatizado de Controle Gerencial que contempla a prestação de

contas ao BID e o acompanhamento da execução do Projeto, conforme estabelecido no artigo 8.01, “a”, “i” das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR.

3.3. Achados de Auditoria do Exercício de 2015

Em decorrência dos trabalhos da auditoria e com o propósito de contribuir com os executores do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, apresenta-se a seguir as ocorrências relevantes, acompanhadas das análises e recomendações da equipe de auditoria:

3.3.1. Realização de processo licitatório com objeto genérico e amplo configurando a chamada licitação “guarda-chuva”, contrariando o disposto no art. 23, § 1º, art. 54, § 1º e art. 55, inciso I, da Lei 8.666/93

No exercício de 2015, a Prefeitura de Florianópolis apresentou ao BID, como parte dos recursos da contrapartida no Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil do Ensino Fundamental em Florianópolis, as despesas procedentes do seguinte processo licitatório:

Concorrência	139/SMAP/DCL/2013
Data	21/03/2013
Objeto	Contratação de empresa especializada para prestar serviços de assessoria e apoio à Prefeitura Municipal de Florianópolis em atividades técnicas relativas a estudos e projetos de obras viárias, contenção de encostas, obras de artes especiais (OAE), macrodrenagem, recuperação de áreas degradadas, engordamento de praias, projetos de construção civil, projetos urbanísticos, montagem de programas de financiamento nacional e internacional, revitalização de áreas públicas, transporte de massa, estudos ambientais e supervisão e/ou fiscalização de obras.
Abrangência dos serviços (Anexo I)	<ul style="list-style-type: none"> - Projetos de Engenharia Rodoviária e viária urbana; - Estudos e Projetos de Macrodrenagem; - Projetos de Obras Civas; - Estudos e Projetos Ambientais; - Serviços de Assessoria Técnica na Preparação dos Estudos de Concepção do Projeto para Obtenção de Financiamento Nacional e Internacional;

	- Serviços de Supervisão de Obras.
Secretarias atendidas com o objeto	Secretaria Municipal de Obras; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal do Continente; e Secretaria de Habitação e Saneamento Ambiental.
Contrato	356/2013
Data	23/05/2013
Prazo	12 meses, podendo ser prorrogado, de acordo com o inciso II, § 4º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93 – até 60 meses
Valor	R\$ 9.000.000,00, sendo a parte da Secretaria Municipal de Educação o valor de R\$ 1.000.000,00.
Plano de Aquisições	Item 60

O anexo III do referido edital especifica os tipos de serviços, as quantidades e os custos, porém não apresenta quais projetos serão executados (rodovias, vias, edificações, escolas, creches, etc.) e, ainda, se serão executados, pois a contratada será demandada por ordens de serviços de acordo com a necessidade.

Desta forma, o processo licitatório se assemelha a um registro de preços, em que os serviços são precificados e executados de acordo com a demanda, no entanto, esta não foi a modalidade de licitação utilizada.

Buscou-se com a licitação a contratação de uma empresa especializada para a realização de um espectro amplo de serviços e atividades, praticamente todos os serviços que envolvem uma empresa de Consultoria, isto é, desde a elaboração de projetos até a supervisão e fiscalização de obras, porém, sem identificá-las, portanto, objeto amplo e indefinido, caracterizando-se como licitação e/ou contrato “guarda-chuva”.

A realização de procedimento licitatório genérico do qual decorre contrato com objeto amplo, contraria o disposto no art. 23, § 1º, art. 54, § 1º e art. 55, inciso I, da Lei 8.666/93, ‘in verbis’:

Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

§ 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

§ 1º Os contratos devem estabelecer com clareza e precisão as condições para sua execução, expressas em cláusulas que definam os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, em conformidade com os termos da licitação e da proposta a que se vinculam.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos.

A descrição excessiva do objeto pode gerar o direcionamento ou restrição à competitividade no processo licitatório. Contudo, a descrição superficial e a não definição clara do objeto conduz à insegurança acerca do que está a ser contratado.

Neste sentido, o Tribunal de Contas da União (TCU) vem aplicando punições conforme se depreende do Acórdão 1663/2005-Plenário, do Acórdão 1263/2007-Plenário, e de outros julgados abaixo mencionados:

Identificação: Acórdão 1663/2005 - Plenário

Processo: 005.991/2003-1

Ministro Relator: UBIRATAN AGUIAR

Publicação: DOU 27/10/2005

O Tribunal de Contas da União determinou à Petróleo Brasileiro S/A - Petrobras que adote as seguintes medidas:

"9.7.3. abster-se de firmar contratos do tipo "guarda-chuva", ou seja, com objeto amplo e/ou com vários objetos, promovendo os devidos certames licitatórios em quantos itens forem técnica e economicamente viáveis, evitando, com isso, o ocorrido nos Contratos 160.2.226.01-1, firmado com a Construtora Norberto Odebrecht S/A (objeto: serviços de preparação de instalação, instalação, manutenção industrial, projeto básico e de detalhamento) e 160.2.101.02-2, firmado com a empresa UTC Engenharia S/A (objeto: serviços de preparação de instalação, instalação, manutenção industrial, projeto de detalhamento), nos termos da Súmula TCU nº 247"; (item 9.7.3 do Acórdão 1663/2005)

Do seu relatório e fundamentação, destacam-se as seguintes passagens:

"9.2.1.15. Assim, temos que as 'instalações de plataformas', mesmo considerando a natureza comercial da PETROBRAS, a grande demanda por construções, reformas ou instalações de plataformas, voltadas à extração/processamento de produtos necessários à consecução de sua atividade-fim, ainda assim, o objeto contratado, por sua complexidade, demanda incerta e inassiduidade, não se caracterizaria como contratos típicos de natureza contínua. O que se verifica, ao contrário, é um contrato contendo uma miscelânea de atividades, com graduações variáveis de necessidade, importância e utilização, aplicando-se-lhe, perfeitamente, a denominação conhecida vulgarmente por 'contrato guarda-chuva', por tais peculiaridades de amparo a qualquer situação.

9.2.1.16. Essa sistemática de contratação não apresenta fundamentação legal e deve ser evitada. Nesse sentido, cabe determinação à PETROBRAS no sentido de abolir tal prática, parcelando em quantos itens forem técnica e financeiramente viáveis objetos semelhantes a esse contrato.

(...)

14.2.4. No presente caso, entendemos que esse contrato tem objeto muito semelhante ao contrato analisado no item anterior firmado entre a PETROBRAS e a CONSTRUTORA NORBERTO ODEBRECHT, ou seja, um contrato com vasto e incerto objeto, o qual enquadra-se no notório conceito de 'contrato guarda-chuva'. Entretanto, da mesma forma que tratamos aquela análise, entendemos que, excepcionalmente, o presente contrato pode ser considerado regular quanto à caracterização dos serviços, visto que os mesmos possuem algumas atividades de natureza continuada ou peculiaridades semelhantes. Nesse sentido, não há que se falar em prorrogação em valores superiores ao permitido legalmente. Reiteramos que a análise realizada no item 9.2 cabe para a presente audiência. Nesse sentido, devem ser acatadas as razões de justificativas do responsável"

Identificação: do Acórdão 1263/2007 – Plenário

Processo: 019.116/2005-1

Ministro-Relator: UBIRATAN AGUIAR

Publicação: DOU 29/06/2007

O Tribunal de Contas da União determinou à “Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos que só contrate a execução de serviços que estejam com seus objetos adequadamente definidos, nos termos do art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93, evitando a celebração de contratos do tipo ‘guarda-chuva’, com objetos genéricos, tal como o Contrato nº 10.198/99” (item 9.8 do Acórdão 1263/2007– Plenário)

Do seu relatório e fundamentação, destacam-se as seguintes passagens:

“15. É de se salientar ainda que o contrato firmado com supedâneo no inciso XIII do art. 24 da Lei 8.666/93, funcionou como um ‘contrato guarda-chuva’, facultando à entidade a introdução de demandas e serviços, a título de incentivo ao desenvolvimento da instituição de pesquisa e ensino, não diretamente ligados à missão institucional da contratada ou ao objeto pactuado. O resultado é a burla ao procedimento licitatório, contrariando os princípios da legalidade, isonomia, moralidade e impessoalidade, preconizados no inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei 8.666/93’

(...)

27. Na realidade, o contrato principal era o que usualmente se denomina de ‘contrato guarda-chuva’, apenas as ordens de serviço especificavam exatamente o que deveria ser feito. Essa foi a grande irregularidade, mas que não fez parte da audiência dos responsáveis. Dados os termos genéricos em que o objeto do contrato foi descrito, em muitos casos torna-se difícil avaliar se os objetos das ordens de serviço se enquadravam ou não no escopo do contrato. Entendo que essa questão é de menor relevância e é ate mesmo uma consequência da irregularidade maior que, repito, foi a definição genérica do objeto contratual, em descumprimento ao que estabelece o art. 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93”

DOU de 20.06.2005, S. 1, p. 122 - o Tribunal de Contas da União determinou à Petroquisa que abstenha-se de firmar contrato com objeto amplo e indefinido, do tipo "guarda-chuva", em observância aos termos do art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/93 (**item 9.2.3, Acórdão nº 717/2005-TCU-Plenário**).

DOU de 08.08.2011, S. 1, p.157 - recomendação ao Ministério dos Esportes e, por meio da Casa Civil da Presidência da República, a outros órgãos do Poder Executivo Federal envolvidos na organização da Copa do Mundo de 2014, para que observem as seguintes ações com vistas ao alcance de contratações eficientes e eficazes na área

de tecnologia da informação que se fizerem necessárias para subsidiar a realização da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016: (...) e) não realização de contratação com objeto amplo e indefinido, do tipo "guarda-chuva", em observância aos termos do art. 54, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, justificando nos autos do processo licitatório o parcelamento ou não do objeto, levando em consideração a viabilidade técnica e econômica para tal, a necessidade de aproveitar melhor as potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, conforme disposto nos arts. 8º, 15, inc. IV, e 23, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666/1993 e na Súmula/TCU nº 247 (**item 9.2.5, TC-009.218/2011-4, Acórdão nº 1.996/2011-Plenário**).

DOU de 01.12.2008, S. 1, ps. 159 e 160 - determinação ao Ministério da Educação que institua ato normativo regulamentando o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) com suas fundações de apoio, de modo que as IFES adotem providências para o cumprimento das seguintes medidas (item 9.2, TC-017.177/2008-2, Acórdão nº 2.731/2008-Plenário), quais sejam: 9.2.5) estabeleçam, com suas fundações de apoio, contratos ou convênios individualizados para cada projeto de parceria a ser firmado, abstenendo-se de efetuar, para a cobertura desses projetos, aditivos, apostilas ou instrumentos similares como acessórios a contratos ou convênios genéricos ou do tipo "guarda-chuva", não previstos em lei e também vedados pela Instrução Normativa nº 2/2008, art. 3º, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (**item 9.2.5, TC-017.177/2008-2, Acórdão nº 2.731/2008-Plenário**).

DOU de 18.05.2011, S. 1, p. 151. Ementa: determinação ao Sesi/RS para que se abstenha de firmar contrato com objeto amplo e indefinido do tipo "guarda-chuva", em observância ao art. 26 do Regulamento de Licitações e Contratos do Sesi e à Súmula/TCU nº 177 (**item 9.3.5, TC-020.173/2007-7, Acórdão nº 2.888/2011-2ª Câmara**).

Em virtude das considerações supracitadas, solicitou-se esclarecimentos ao Executor acerca do suscitado, isto é, a realização de licitação e contrato com objeto amplo e genérico, caracterizado como tipo "guarda-chuva", não previsto em lei, contrariando o disposto no art. 23, § 1º, art. 54, § 1º e art. 55, inciso I, da Lei 8.666/93. (Ofício DAE nº 22.609/15, de 16/12/2015)

Opinião do Auditado

O Executor, por meio do Ofício nº 333/2015, de 17/12/2015, protocolado neste Tribunal em 05/01/2016, nº 61/2016, não apresentou comentários acerca do apontamento, apenas encaminhou cópias dos documentos que constam do processo já analisado anteriormente, tais como:

- Requisição da Secretaria Municipal de obras para contratação de empresa, visando à execução de estudos e projetos de obras viárias, obras civis e estudos ambientais;
- Bloqueio orçamentário da Secretaria Municipal de Obras para contratação de projetos de engenharia no valor de R\$ 724.975,10;
- Tabela de preços de Consultoria do DENIT;
- Relatório da solicitação para atender a elaboração de projetos, no valor orçado de R\$ 5.914.000,00;
- Parecer orçamentário;
- Parecer Jurídico pelo deferimento do pedido;
- Deliberação nº 233/2013 do Comitê Gestor de Governo;
- Requisição de material/serviço para contratação de empresa, objetivando serviços de gerenciamento, supervisão e fiscalização de obras, da Secretaria de Obras, no valor de R\$ 721.385,55;
- Detalhamento dos custos para gerenciamento e supervisão de obras, no valor de R\$ 721.385,55 da Secretaria Municipal de Obras;
- Cronograma Físico Financeiro da Secretaria Municipal de Obras;
- Requisição da Secretaria Municipal do Continente, para contratação de empresa, visando a execução de obras viárias, obras civis e estudos ambientais, no valor de R\$ 1.003.000,00;
- Bloqueio Orçamentário para projetos de engenharia da Secretaria Municipal do Continente, no valor de R\$ 1.003.000,00;
- Requisições da Secretaria Municipal de Educação para contratação de empresa, visando a execução de estudos e projetos de obras viárias, civis e estudos ambientais, no valor de R\$ 1.000.000,00;
- Bloqueios Orçamentários, no valor de R\$ 1.000.000,00, da Secretaria Municipal de Educação, para projetos de engenharia;
- Requisição da Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental, para contratação de empresa, visando a execução de obras viárias, obras civis e estudos ambientais, no valor de R\$ 1.200.000,00;
- Bloqueio Orçamentário para projetos de engenharia da Secretaria Municipal do Continente, no valor de R\$ 1.200.000,00;

- Exposição de motivos para contratação de empresa especializada para prestar assessoria e apoio à Prefeitura Municipal de Florianópolis em atividades técnicas relativas a estudos e projetos de obras viárias urbanas, contenção de encostas, obras de artes especiais, macrodrenagem, recuperação de áreas degradadas, engordamento de praias, projetos de construção civil, projetos urbanísticos, projetos de conservação de bens tombados, montagem de programas de financiamento nacional e internacional, revitalização de áreas públicas, transporte de massa, estudos ambientais e supervisão e/ou fiscalização de obras.

Comentários e Considerações da Auditoria

Os documentos encaminhados como resposta ao apontamento já foram objeto de análise quando da verificação “*in loco*” do processo licitatório da Concorrência nº 139/2013, tendo como vencedora a empresa PROSUL Projeto, Supervisão e Planejamento Ltda., no valor de R\$ 9.533.137,01, bem como, do Contrato nº 356/2013.

Em nenhum momento o município contestou a situação verificada de que fora realizado processo licitatório com objeto genérico e amplo configurando a chamada licitação “guarda-chuva”, isto é, pretendeu a Prefeitura realizar uma licitação que abrange diversos serviços, tais como, estudos e projetos de obras viárias, contenção de encostas, obras de artes especiais, macrodrenagem, engordamento de praias, projetos de construção civis, projetos urbanísticos, montagens de programas de financiamento nacionais e internacionais, revitalização de áreas públicas, transporte de massa, estudos ambientais e supervisão e/ou fiscalização de obras. Ademais, pretendeu abranger vários órgãos municipais, tais como, Secretaria Municipal de Obras, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal do Continente e Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento Ambiental.

Para realização de tais serviços, o município estimou as quantidades e horas/mês a serem utilizadas em um determinado período, de acordo com a necessidade das Secretarias.

Na área de projetos, que interessa à Secretaria Municipal de Educação, executora do Programa, para reformas, ampliação e construção de Escolas e Creches Municipais, a licitação não especifica quais projetos, bem

como, quais escolas seriam beneficiárias deste certame, nem se os projetos para execução de obras e serviços constantes do Plano de Aquisições do Programa estariam contemplados.

Desta forma, recomenda-se ao município de Florianópolis que se abstenha de firmar contrato com objeto amplo e indefinido do tipo "guarda-chuva", justificando nos autos do processo licitatório o parcelamento ou não do objeto, levando em consideração a viabilidade técnica e econômica para tal, a necessidade de aproveitar melhor as potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, conforme disposto nos artigos 23, § 1º, 54, § 1º e 55, inciso I, da Lei nº 8.666/93.

4. RESUMO DAS RECOMENDAÇÕES DA AUDITORIA

Em decorrência dos trabalhos da auditoria e com o propósito de contribuir com o Executor do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental em Florianópolis, recomenda-se as seguintes providências:

4.1. Recomendações remanescentes do Relatório de Auditoria de 2014

4.1.1. À Assessoria Especial do Projeto (AE)

4.1.1.1. Que dê celeridade ao processo de implantação do Sistema Informatizado de Controle Gerencial que contempla a prestação de contas ao BID e o acompanhamento da execução do Projeto, conforme estabelecido no artigo 8.01, “a”, “i” das Normas Gerais, do Contrato de Empréstimo nº 3079/OC-BR, conforme item 3.2.1.1 deste Relatório.

4.2. Recomendações do exercício de 2015

4.2.1. À Prefeitura Municipal de Florianópolis

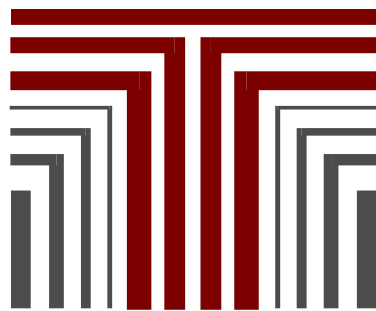
4.2.1.1. Que se abstenha de firmar contrato com objeto amplo e indefinido do tipo "guarda-chuva", justificando nos autos do processo licitatório o parcelamento ou não do objeto, levando em consideração a viabilidade técnica e econômica para tal, a necessidade de aproveitar melhor as potencialidades do mercado e a possível ampliação da competitividade do certame, sem perda de economia de escala, conforme disposto nos artigos 23, § 1º, 54, § 1º e 55, inciso I, da Lei 8.666/93, conforme item 3.3.1 deste Relatório.

GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES

Banco	Designa o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).
Componente/ Categoria de Inversão	Demonstra os investimentos realizados no Projeto, agrupando uma ou mais subcomponentes/ subcategorias afins.
Comissão de Crédito	Encargos financeiros sobre o saldo não desembolsado do Financiamento, em um percentual que será estabelecido pelo Banco periodicamente, cujo valor não poderá exceder de 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento) ao ano.
Contratado	Empresa contratada pela prefeitura para o fornecimento de produto, obra ou serviço.
Contrapartida Local	Recursos que devem ser fornecidos pelo Mutuário (Município de Florianópolis).
Contrato	Designa o Contrato de Empréstimo.
Contrato de Empréstimo	Contrato de Empréstimo nº 3079/0C-BR OC-BR, que foi firmado em 14/07/14 entre o Município de Florianópolis e o BID, com aval da União, destinado ao financiamento do Projeto de Expansão e Aperfeiçoamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Em Florianópolis.
Demonstrações Financeiras	Demonstrativos elaborados pelo Órgão Executor, visando evidenciar a situação financeira do Projeto em cada exercício, incluindo todos os recursos recebidos (origens) e todos os pagamentos efetuados (aplicações), sobre as quais a Auditoria emite opinião.
Disposições Especiais	Designa o conjunto de cláusulas que compõem a Primeira Parte Do Contrato de Empréstimo e que contém os elementos peculiares da operação.
Entidade	Município de Florianópolis
Empréstimo	Recursos que o BID desembolsa ao Município de Florianópolis e eleva a débito do Financiamento.
Executor	O mesmo que Órgão Executor.
Financiamento	Designa os recursos que o Banco convém em colocar à disposição do Mutuário para contribuir para a realização do Projeto.
Fraude e corrupção	Significa o(s) ato(s) definido(s) no Artigo 6.03 das Normas Gerais do Contrato

Juros	Encargo financeiro incidente sobre os valores do Empréstimo já liberados pelo BID.
Mutuário	A parte que celebrou o contrato de Empréstimo e que recebe os recursos (Município de Florianópolis).
Órgão Executor	Entidade encarregada de executar o Projeto (Secretaria Municipal de Educação do Município de Florianópolis, conforme Portaria Municipal nº 283/2014, que aprova o Regulamento Operativo do Projeto).
<i>Pari passu</i>	Participação do contratante nos investimentos, nas diversas categorias de inversão.
Perda/Ganho Cambial	Diferença entre os valores recebidos em dólares e convertidos em reais (contrato de câmbio) e a aplicação (despesa) dos valores em reais convertidos em dólar.
Projeto	O mesmo que Programa.

APÊNDICE



TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

EXERCÍCIO DE 2015

Contrato 156/EDUC/BID/2015 – Construção, reforma e ampliação da ESCOLA BÁSICA Beatriz de Souza Brito, localizada na Rua Deputado Antônio Edu Vieira, 600, coordenadas geográficas -27°36'37", -48°31'22".

Quadro 1: Reforma e ampliação ESCOLA BÁSICA Beatriz de Souza Brito.

	
<p>Foto DSCN1450: Vista do pátio de entrada da escola, obras a serem executadas.</p>	<p>Foto DSCN1474: Vista do Bloco 4, em obras, rampa de acesso em execução, telhado com forro e luminárias instaladas, grades instaladas.</p>
	
<p>Foto DSCN1482: Vista do Bloco 4, em obras, rampa de acesso em execução, telhado com forro e luminárias instaladas, grades instaladas.</p>	<p>Foto DSCN1488: Auditório em fase de acabamento, Bloco 4.</p>
	
<p>Foto DSCN1493: Arte a ser restaurada, auditório em reforma, Bloco 4.</p>	<p>Foto DSCN1498: Sala multiuso, Bloco 4, em reforma.</p>



Foto DSCN1509: Sala de aula do Bloco 4 em fase de acabamento.



Foto DSCN1525: Rampa de acesso, entre Bloco 4 e Bloco 5 (depósito/arquivo) e quadra de esportes.



Foto DSCN1533: Escavadeira em trabalho de movimento de terra.








Foto DSCN1540: Obra de ampliação da cozinha (Bloco 3), central de gás construída (à direita) e depósito de lixo reformado.

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina.

Contrato 137/SME/2014 – Construção da quadra de esporte coberta da Escola Básica Donícia Maria da Costa, no bairro Saco Grande, coordenadas geográficas -27°32'55", -48°29'46"

Quadro 2: Construção quadra de esporte Escola Básica Donícia Maria da Costa

	
<p>Foto DSCN1406: Vista da quadra coberta, supraestrutura pré-moldada instalada, paredes de alvenaria construídas, telhado colocado.</p>	<p>Foto DSCN1411: Fachada principal, em obras.</p>
	
<p>Foto DSCN1413: Vista interior da quadra, cobertura e piso executados.</p>	<p>Foto DSCN1415: Vista interior da quadra, cobertura e piso executados.</p>
	
<p>Foto DSCN1418: Vista interior da quadra, cobertura e piso executados.</p>	<p>Foto DSCN1421: Vista interior da quadra, cobertura e piso executados.</p>

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contrato 085/SME/2014 – Fornecimento mobiliário (móveis sob medida) para a Creche Hassis


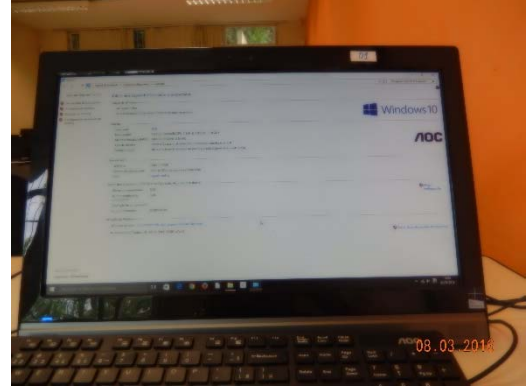

Quadro 3: Fornecimento de móveis para a Creche Hassis, na Costeira

 <p>Foto DSCN1545: Armário para guardar material escolar.</p>	 <p>Foto DSCN1548: Armário de sala de aula.</p>
 <p>Foto DSCN1546: Balcão, mesa e cadeiras.</p>	 <p>Foto DSCN1550: Mesas, cadeiras e suportes para livros.</p>
 <p>Foto DSCN1552: Armário de sala de aula.</p>	 <p>Foto DSCN1557: Armário para guardar material escolar.</p>

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contrato 1007/SME/2014 – Aquisição de equipamentos de informática para as Escolas Adotiva Liberato Valentim e Anísio Teixeira

Quadro 4: Aquisição de equipamentos de informática para escolas do ensino fundamental

	
<p>Foto DSCN2246: Computadores na Escola Adotiva Liberato Valentim.</p>	<p>Foto DSCN2257: Tela da área de trabalho do computador da Escola Adotiva Liberato Valentim.</p>
	
<p>Foto DSCN2265: Computador inventariado da Escola Adotiva Liberato Valentim.</p>	<p>Foto DSCN2277: Computadores na Escola Anísio Teixeira.</p>
	
<p>Foto DSCN2304: Tela com a configuração do computador na Escola Anísio Teixeira.</p>	<p>Foto DSCN2309: Tela da área de trabalho do computador da Escola Anísio Teixeira.</p>

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contrato 408/SME/2015 – Aquisição de protetor solar, labial e repelente para escolas municipais

Quadro 5: Aquisição de protetor solar, labial e repelente para a Escolas



Foto DSCN2069: Protetores solar FPS 50

Foto DSCN2070: Protetor Labial FPS 30



Foto DSCN2078: Repelentes

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contrato 1002/SME/2014 – Elaboração da matriz curricular das relações étnico-raciais

Quadro 6: Elaboração da matriz curricular

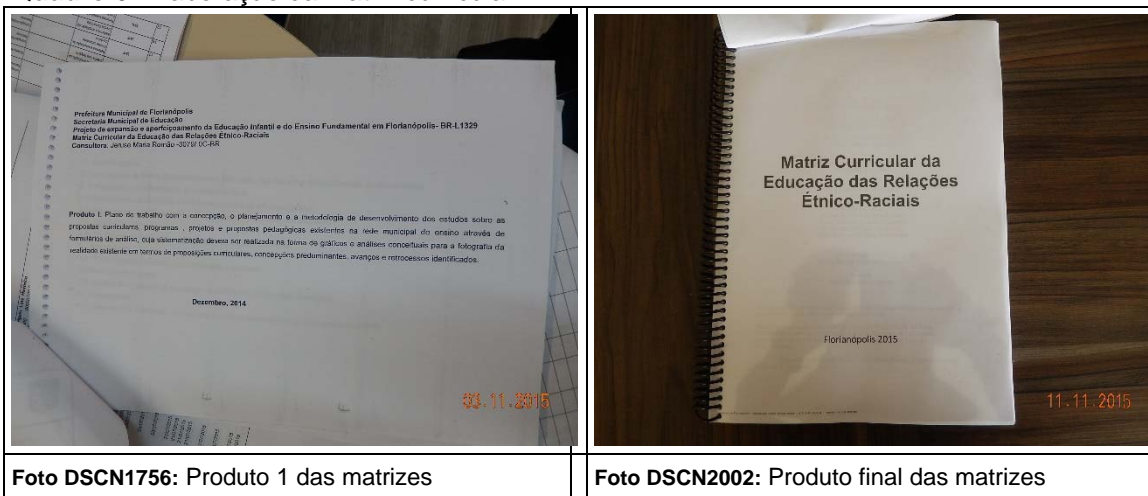


Foto DSCN1756: Produto 1 das matrizes

Foto DSCN2002: Produto final das matrizes

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contrato 119/SME/2015 – Estudos em obras, supervisão e projetos básicos

Quadro 7: Supervisão e projetos


Foto DSCN1801: 1ª medição do contrato.

Foto DSCN1802: Complemento da 1ª medição do contrato

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contrato 356/SME/2013 – Elaboração de projetos

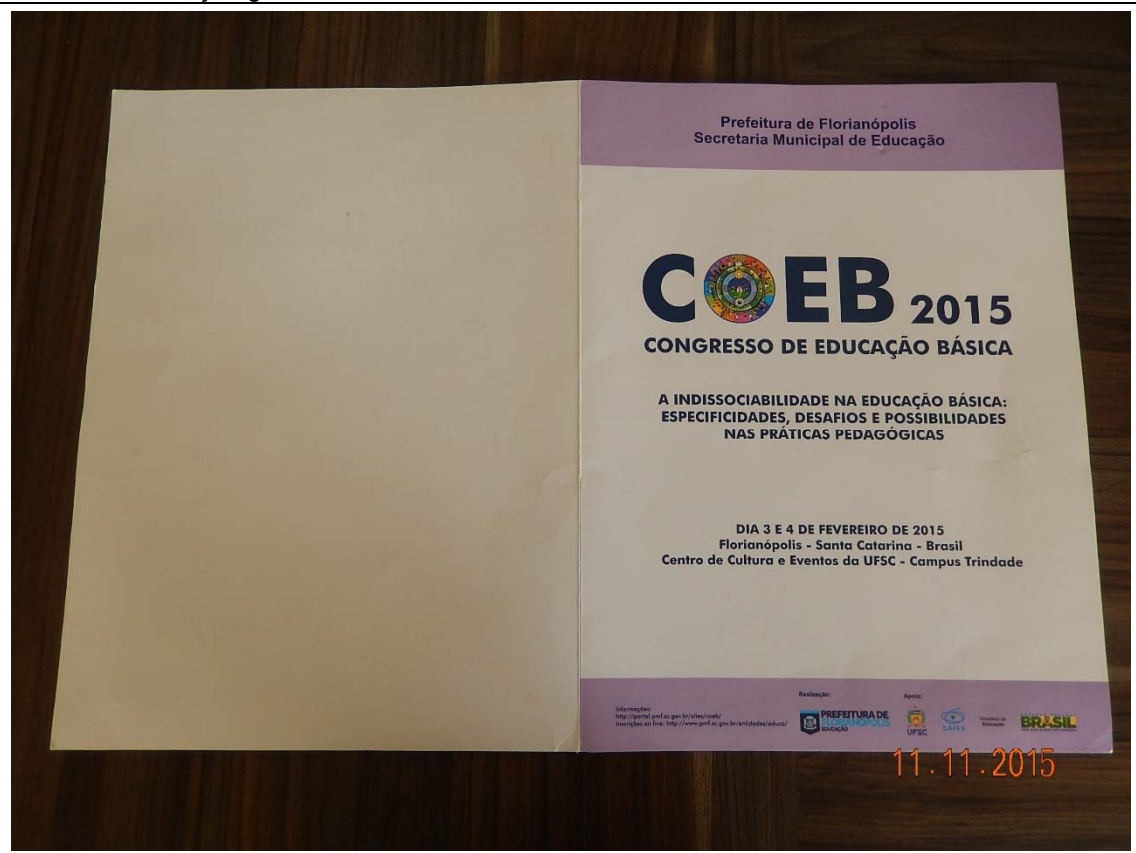
Quadro 8: Projetos

	
<p>Foto DSCN2100: Projetos para reforma e ampliação da creche Professora Maria Barreiros.</p>	<p>Foto DSCN2106: Plantas e Memorial Descritivo da creche João Gonçalves Pinheiro.</p>

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina

Contrato 025/SME/2015 – Serviços gráficos (pastas envelope e impressões)

Quadro 9: Serviços gráficos


<p>Foto DSCN1987: Pasta envelope utilizada no Congresso de Educação Básica 2015</p>

Fonte: Tribunal de Contas de Santa Catarina